

GTs Fundação João Mangabeira

FUNDAÇÃO



JOÃO
MANGABEIRA

TEXTOS DE REFERÊNCIA

Reforma Urbana
Política Educacional
Política de Saúde

TEXTOS DE REFERÊNCIA

Para discussão

Reforma Urbana

Política Educacional

Política de Saúde

Sede própria: SHIS QI 5 Conjunto 2 Casa 2
CEP 71615-020 – Lago Sul – Brasília, DF
Telefax: (61) 3365-4099/3365-5277/3365-5279
www.fjmangabeira.org.br
www.tvjoaomangabeira.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Geral: *Carlos Siqueira*

Diretora Administrativa: *Carmen Soriano Puig*

Diretor Financeiro: *Renato Xavier Thiebaut*

Diretor de Cursos: *José Carlos Sabóia*

Diretor de Assessoria: *Marcos Rezende Villaça Nunes*

CONSELHOR CURADOR

Membros natos

Governador Eduardo Henrique Accioly Campos
Carlos Siqueira

James Lewis Gorman Jr.

Deputado Alexandre Aguiar Cardoso

Ministro Sérgio Machado Resende

Adilson Gomes da Silva

Álvaro Cabral

Carlos Eugênio Sarmiento Coelho da Paz

Silvânio Medeiros

Membros eleitos pelo Diretório Nacional do PSB

Deputada Luiza Erundina de Sousa

Roberto Amaral

Prefeito Serafim Fernandes Corrêa

Kátia Born Ribeiro

Mari Elisabeth Trindade Machado

Antônio César Russi Callegari

Suplentes

Paulo Blanco Barroso

Elaine Breintebach

Paulo Bracarense

Joe Carlo Vianna Valle

Manoel Antônio Vieira Alexandre

Membros eleitos pelo Conselho Curador

Jaime Wallwitz Cardoso

Dalvino Troccoli Franca

CONSELHO FISCAL

Cacilda de Oliveira Chequer

Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha

Antônio Marlos Ferreira Duarte

Suplentes

Marcos José Mota Cerqueira

Dalton Rosa Freitas

Ficha Catalográfica

Textos de Referência, GTs da FJM – Reforma Urbana, Política Educacional, Política de Saúde. Brasília: Fundação João Mangabeira (FJM), 2007.
64 p.

1. Textos de Referência. 2. Grupos de Trabalho. I. Fundação João Mangabeira. II. Título.

Fundação João Mangabeira

TEXTOS DE REFERÊNCIA
Para discussão

Reforma Urbana
Política Educacional
Política de Saúde

2007

APRESENTAÇÃO

Formulação de Políticas Públicas	7
--	---

1. A REFORMA URBANA E A QUESTÃO NACIONAL

A Cidade e a Nação.....	11
-------------------------	----

2. PARA UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA O BRASIL

Nota de Apresentação.....	19
Premissas	19
A Educação Nacional.....	23
Oportunidades Atuais	25
Sugestões de Mudanças na Educação Nacional: princípios de uma Reforma Educacional.....	28
Estratégias Gerais de uma Reforma da Educação.....	31
Foco 1: Melhorar a qualidade do aprendizado	32
Foco 2: Corrigir o fluxo educacional e ampliar a cobertura	37
Foco 3: Profissão docente – valorização, formação inicial, capacitação, avaliação do trabalho e carreira.....	37
Foco 4: Ensino Médio, Técnico e Profissionalizante.....	38
Conclusão.....	42
Referências.....	44

3. UMA PROPOSTA PARA A SAÚDE NO BRASIL

Apresentação	49
Introdução.....	49
Análise de Conjuntura	51
A Questão do Financiamento em Saúde.....	54
Propostas do PSB para a Saúde	56
Sites indicados para informações adicionais sobre a a Saúde e o SUS.....	59
Referências para Consulta	59

Formulação de Políticas Públicas

Realizando seus objetivos, de acordo com o planejamento para o ano de 2007, a direção da Fundação João Mangabeira (FJM) apresenta o primeiro resultado dos Grupos de Trabalho (GTs), visando contribuir com o PSB na formulação de políticas públicas para o nosso país.

Foram priorizadas, para o ano de 2007, três áreas: Reforma Urbana, Educação e Saúde. Os "textos de referências" aqui publicados pretendem ser o início de um debate amplo não só com os socialistas que se organizam no PSB, mas como todos os socialistas e não-socialistas que partilham a utopia da construção de um Brasil com *igualdade, equidade e justiça social*.

Por isso, conclamamos a todas as pessoas que têm interesse nesses assuntos e confiam no espaço democrático construído pelo nosso partido, a nos procurar e entrar nesses GTs, com espírito de diálogo: todas serão recebidas com o maior respeito e consideração.

Resumidamente, apresentamos os três textos referenciais:

1. *Reforma Urbana*. A vida nas grandes e médias cidades, devido ao recente e incontrolado processo de urbanização que, literalmente, massificou a convivência do povo brasileiro, representa um dos maiores desafios políticos do momento. Resolver todo tipo de violência, estrutural, social, cultural, econômica, simbólica que essa realidade gera e produz é uma tarefa que requer uma visão e uma proposta técnica e politicamente ousada, urgente, complexa. O GT da Reforma Urbana está desafiando o partido a construir uma proposta urgente e abrangente.
2. *Reforma Educacional*. Os avanços alcançados no sistema educacional, em particular a quase universalização do Ensino Básico, são um alicerce para uma política não de "ensino", mas de "educação", que pode se tornar tal quando for realmente enfrentado o problema da "qualidade", que significa não só preparar para o trabalho qualificado, mas também, e principalmente, para a cidadania, ou seja, para a paz, a convivência democrática, o desenvolvimento sustentável e a justiça social. A mercantilização da

educação, fora do controle do Estado e incentivada pelo poder público, contribuiu para a degradação da qualidade em geral. O GT lança a base para a construção de um projeto de educação para o Brasil.

3. *Reforma da Saúde.* Imensos passos rumo a um sistema público de saúde foram dados a partir, sobretudo, da gestão do ministro Jamil Haddad, do PSB, no Governo Itamar. A quase quadruplicação de recursos públicos, que são atualmente repassados para esse setor, comparados com aquele período, não se reflete na assistência médica e farmacêutica prestada à população pelo SUS, indicando um sério problema de gestão. Lutar pela Reforma Sanitária significa preservar e avançar na reforma do Sistema Único de Saúde, um sistema universalizado que sirva à maioria da população com qualidade de atendimento, e garantir seu justo financiamento. O GT da Saúde propõe a elaboração de uma proposta coerente com os valores de igualdade e equidade defendidos pelo PSB.

Espera-se, com a publicação dos três textos referenciais, provocar o debate no partido e com os setores organizados da sociedade para avançar na proposta de políticas públicas adequadas nesses setores e fornecer aos parlamentares consistentes subsídios para concretizar reformas tão fundamentais e urgentes e, assim, alcançar um mínimo de dignidade para toda a população de nossa nação.

Brasília, 1º de setembro de 2007

Carlos Siqueira

Diretor-Geral da Fundação João Mangabeira

**A REFORMA URBANA
E A QUESTÃO NACIONAL**



GRUPO DE TRABALHO

Carlos Siqueira
Coordenador

Carmen Soriano Puig
Dalvino Trocolli Franca
Jairon Alcir Santos do Nascimento

1. A REFORMA URBANA E A QUESTÃO NACIONAL

A Cidade e a Nação

A transformação do quadro de verdadeiro *apartheid* social que confere tons lúgubres à vida de tantas de nossas cidades constitui, há anos, crescente desafio à manutenção do convívio social em bases civilizadas.

São conhecidas as diferenças entre o tipo de urbanização anterior à década de 80 e os desdobramentos destes últimos 25 anos. No processo de industrialização que teve início com a década de 1930, calcula-se que o Brasil cresceu, entre 1940 e 1980, a taxas muito expressivas (estimadas em torno de 7% ao ano) e, embora a riqueza gerada por tal crescimento fosse distribuída de maneira muito desigual, mesmo assim ele proporcionou melhora de vida a grande parte da população, além de resultar em uma respeitável base produtiva.

Assim, apesar da concentração das riquezas, aquele surto de industrialização/urbanização foi determinante para a melhora dos indicadores sociais em termos de mortalidade infantil, expectativa de vida, natalidade e escolaridade, devido à expansão da rede de água tratada; ampliação do uso de antibióticos; aumento da escolaridade materna e do atendimento à gestante; maior acesso à informação; expansão do emprego industrial, e acesso, mesmo que restrito, aos direitos sociais no trabalho urbano.

Naquele período, as grandes metrópoles, especialmente São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, eram vistas como a alternativa de melhora das péssimas condições de vida rural. Um gigantesco movimento migratório interno, ao qual se juntaram fluxos procedentes do exterior, foi o principal responsável por ampliar a população urbana em 125 milhões de pessoas no espaço de 60 anos. Em 1940, cerca de 18,8% da população brasileira era urbana. Em 2000, a proporção apontada pelo censo demográfico já era de aproximadamente 82% (a previsão atual para o mundo como um todo em 2050 é de 65%), o que permite classificar o Brasil como um dos países mais urbanizados do planeta. Note-se ainda que 30% da população urbana do país vive em apenas nove metrópoles.

Enquanto em 1940 as cidades pareciam ser a promessa da superação do Brasil arcaico rumo à modernização e emancipação política e econômica, os acontecimentos ao longo do tempo se encarregariam de contrariar a utopia da emancipação social e da modernização para todos. Efetivamente, neste início do terceiro milênio, a imagem das grandes cidades está marcada por favelas, poluição do ar e das águas, enchentes, desmoronamentos, moradores de rua, crianças abandonadas etc. Como corolário de tal conjunção de fatores, a violência mantém o ambiente urbano impregnado de medo, tensão e instabilidade. Em certas áreas, a situação não é a rigor muito diferente de uma guerra civil aberta, que ceifa numerosas vidas, principalmente entre jovens e adolescentes.

Os indicadores do início deste século são de fato impressionantes. A pobreza urbana é maior do que a média da pobreza brasileira e está concentrada nas regiões metropolitanas. Dos pobres brasileiros, 33% estão nas metrópoles do Sudeste. Estudos indicam que também se concentra nas regiões metropolitanas 80% da população moradora em favelas e que 50% das populações metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo moram em favelas ou em loteamentos ilegais da periferia.

Mas os problemas urbanos hoje estão longe de restringir-se às áreas metropolitanas. As cidades médias (entre 100.000 e 500.000 habitantes) crescem a taxas superiores às das regiões metropolitanas (4,8% contra 1,3%). De sorte que cidades de porte médio que ainda apresentam melhor qualidade de vida como Florianópolis, Aracaju, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto etc. começam a exibir o mesmo quadro de periferias inchadas e precárias com os mesmos indicadores, em meio aos quais viceja a violência urbana.

Não se perca de vista que estava no "espírito do tempo" daquele primeiro surto urbanizador a universalização de expectativas crescentes própria do ideário desenvolvimentista que presidiu as quase três décadas de crescimento ininterrupto do mundo após-guerra. No centro de tal ideário estava a idéia-força de dinâmica transformadora: a noção de bem comum e a responsabilidade intransferível do Estado nacional como condutor do processo.

Ao contrário, a reorganização global, que há 25 anos varre o mundo e hoje dá claros indícios de exaustão, vem potencializando o flagelo da pobreza no mundo inteiro, tendência que aflorou de maneira inofismável após a chamada crise asiática de 1997. De fato, aquela crise pôs em descrédito o discurso que procurava legitimar a ofensiva neoliberal em nome da "luz no fim do túnel" que chegaria para todos. A exacerbação da competitividade; a lógica eminentemente financista que tudo contamina; o darwinismo social que se substitui à noção de bem comum; tudo está na raiz do desemprego global em expansão; da redução do valor dos salários em escala mundial; do conseqüente empobrecimento e da proliferação da violência, realidades especialmente dramáticas no ambiente urbano.

A situação de fato sugere a imagem do sistema de vasos comunicantes por onde as condições de vida da maior parte da humanidade são consistentemente niveladas para baixo enquanto os lucros são elevados de maneira crescentemente concentrada. Uma vez que o fetiche do "dinheiro em estado puro", para usar a expressão do saudoso Milton Santos, permite em mil variantes especulativas amealhar fortunas sem ter que produzir sequer um alfinete ou empregar um único trabalhador, a maior parte da humanidade, submetida a tal criação ideológica, está condenada à mais absoluta redundância...

Particularmente elucidativa a este respeito é a seguinte descrição de Milton Santos:

Essa produção maciça da pobreza aparece como um fenômeno banal. Uma das grandes diferenças do ponto de vista ético é que a pobreza de agora surge, impõe-se e explica-se como algo natural e inevitável. Mas é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais. Estas, de um lado, pagam para criar soluções localizadas, parcializadas, segmentadas, como é o caso do Banco Mundial, que, em diferentes partes do mundo, financia programas de atenção aos pobres, querendo passar a impressão de se interessar pelos desvalidos, quando, estruturalmente, é o grande produtor da pobreza. Atacam-se, funcionalmente, manifestações da pobreza, enquanto estruturalmente se cria a pobreza ao nível do mundo. E isso se dá com a colaboração passiva ou ativa dos governos nacionais.

É certo que a consciência do abismo que separa o espaço urbano dos ricos e o dos pobres e as tentativas de ação organizada por parte de intelectuais, partidos políticos, movimentos e organizações sociais em torno da questão da reforma urbana tornam-se visíveis a partir dos últimos anos 70 do século passado.

No tocante à materialização jurídica do princípio da "função social da propriedade", por exemplo, a proposta da reforma urbana culminou no Congresso Nacional Constituinte, instalado em 1987. Embora presente em todas as constituições brasileiras desde a de 1934, o princípio da "função social", especialmente no que tange à propriedade urbana, somente viria encontrar uma definição mais consistente na Constituição de 1988, cujo art. 182, assim o expressa em seu parágrafo 2º: "A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor".

Em meados de 2001, após doze anos de tramitação, foi aprovado o Estatuto da Cidade (Lei federal nº 257, de 10 de julho de 2001), que oferece um conjunto expressivo de instrumentos, orientados na prática para materializar o "direito à cidade", definido este na própria lei como "o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações".

Com os avanços na produção da norma jurídica deu-se também em anos recentes a conformação de um marco institucional em torno do tema, com a criação do Ministério das Cidades, a instituição da Conferência Nacional das Cidades, que se reúne a cada dois anos, e a constituição do Conselho das Cidades. Ao mesmo tempo, foi-se ampliando o conhecimento da dinâmica subjacente à visível deterioração das condições de vida em vastos segmentos de nossas populações urbanas desde os anos 80, a famosa "década perdida".

Verifica-se esta evolução em paralelo e sintonia com iniciativas no plano internacional. No marco da Organização das Nações Unidas, o problema das legiões urbanas em aviltantes condições de existência – a que o ex-secretário geral da organização Kofi Annan se referiu como a "urbanização da miséria" – está refletido nos objetivos da Declaração do Milênio pela qual, no ano 2000, os países membros adotaram a meta global de alcançar, até 2020, melhora significativa na vida de pelo menos cem milhões de pessoas hoje em condições habitacionais indignas, e de reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável segura.

Por seu programa Habitat procura aquela organização, através de suas próprias atividades de cooperação com os países membros e de encontros internacionais periódicos como o fórum urbano mundial, sensibilizar governos promovendo ação concertada entre estes, organizações não-governamentais e setor privado.

Em outros contextos, como o Fórum Social das Américas e o Fórum Social Mundial, veio tomando corpo a proposta de uma Carta Mundial pelo Direito à Cidade, com a qual se pretende comprometer governos nacionais e organizações internacionais.

Embora tais iniciativas tenham o mérito inegável de ir conformando uma consciência crescente do problema e suas causas, e tenham a preocupação de apontar para soluções democráticas, vê-se que tanto no plano nacional como no internacional, escassa é ainda a ação conduzida, mormente com o enfoque integrado e nas proporções que o problema exige.

De fato, a questão urbana hoje transcende em muito temas tradicionalmente associados à vida das cidades. Sua complexidade espelha a rigor todo o espectro de carências, reclamos e patologias que afligem e esgarçam o tecido social da nação como um todo, de sorte que a questão se manifesta com força particular nas cidades, mas em sua extraordinária abrangência ela é muito mais que urbana: ela é urbana e rural; é local, estadual e federal; é nacional e internacional.

Seria portanto ilusório pretender que se possa agir sobre a violência, produto de todo esse estado de coisas, apenas por soluções de natureza repressiva, necessárias como sem dúvida são. Salta aos olhos que a situação requer abordagem integrada atuando nas diversas frentes em que se situam as principais causas da violência.

Pode-se dizer que se trata muito mais de uma crise na cidade do que propriamente da cidade. Ela inclui naturalmente a questão vital de ordenar a ocupação do solo urbano; como assegurar moradia digna; infra-estrutura de saneamento básico, água potável e energia elétrica; serviços de saúde e educação; ambientes de convívio social com espaços para cultura, lazer e esporte; profissionalização especialmente de jovens etc. E tudo isto exige a rigor a convergência de todo o leque de políticas públicas; a ação concertada de todas as esferas de governo e a presença dos bancos estatais de desenvolvimento, na perspectiva de reinstalar o papel precípua do Estado que a fracassada experiência neoliberal pretendia considerar incômoda e evanescente reminiscência.

Acima de tudo, para que os contingentes urbanos das periferias não sejam meros depósitos de pessoas, a quem de vez em quando se acena com uma vaga esperança, urge uma abertura de horizontes e um dinamismo econômico que não venham em nome do dinheiro do mundo, mas em função de nosso compromisso visceral com o Brasil, entidade permanente que é e que devemos e queremos projetar no futuro como centro de civilização.

O Partido Socialista Brasileiro está publicamente comprometido com esta bandeira, à qual, aliás, dedicou em 2005 a totalidade de seus programas institucionais de rádio e televisão. Ele conta em seus quadros com nomes eminentes ligados ao planejamento urbano e com experiências particularmente bem sucedidas na administração de cidades. As eleições municipais de 2008 que se aproximam são um momento decisivo para introduzir definitivamente o tema na agenda das prioridades nacionais, criando um ambiente de debate informado sobre todo o leque de questões que dele derivam.

O esforço para conformar vontade política nesta questão deve também propugnar para que os orçamentos públicos, especialmente o da União, possam expressar a capacidade concreta de enfrentar este grave problema nacional. Considerando que a carga tributária do País representa 38% do PIB e que, após décadas de *diktat* financeiro, quase duzentos bilhões de reais são absorvidos anualmente por interesses rentistas, não é mais possível continuar adiando um reordenamento de prioridades em função dos superiores interesses do bem comum.

Sem dúvida, no atual quadrante da história do mundo, o problema da cidade está no fulcro da questão nacional, de sorte que, tal como expressava o saudoso Milton Santos, da cidade poderá vir o "renascimento do sentido de nação".

Grande desafio do povo brasileiro, implicando na defesa da soberania nacional, na redefinição das prioridades de investimentos, visando um novo pacto federativo fundado na equidade, para superação das desigualdades e conquista do desenvolvimento com menos consumismo, mais respeito ao meio ambiente, universalização da educação de qualidade e da saúde pública, sustentabilidade da matriz energética a partir de fontes renováveis; com resgate pleno da cidadania.

2 **PARA UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA O BRASIL**

A educação, direitos de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

(Constituição Federal/1988 – Título VIII

Capítulo III Seção I Art. 205)

GRUPO DE TRABALHO

Deputado Rogério Marinho

Coordenador

Adriano Sandri

Carlos Henrique Araújo

Carlos Siqueira

César Callegari

Margarida Vieira

Mari Machado

Miki Breier

Rinaldo Barros

2. PARA UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA O BRASIL

Nota de Apresentação

Este é um documento político e tem como pressuposto que uma educação pública de qualidade, para todos, é fundamental ao desenvolvimento sustentável de uma nação. Um país não se desenvolve, com eqüidade, sem uma educação que propicie habilidades, competências e perícias a sua população. O ativo econômico educação é o meio mais eficaz de distribuição de oportunidades. Associado a outros elementos importantes, é um poderoso instrumento de combate à exclusão social e à pobreza. Indivíduos mais escolarizados auferem maiores recursos na sociedade. Mais educação de qualidade significa geração de tecnologias, vital ao crescimento econômico sustentável.

No Brasil, parte dos fatores que geram extrema pobreza da maioria da nossa população e da profunda desigualdade existente entre os indivíduos e segmentos sociais pode ser atribuída à falta de escolaridade de qualidade. Tanto a superação de nossa inserção subalterna no contexto internacional, quanto o projeto de emancipação implícito nas propostas socialistas exigem, a esta altura de nossa história e desenvolvimento, que a educação de qualidade se converta em prioridade absoluta da nação, exigência que deve pautar, portanto, a ação política em sentido amplo. É imprescindível afirmar, ainda, que o PSB acredita que a educação é a melhor maneira de formar cidadãos livres, participativos, iguais em oportunidades, direitos e deveres.

Premissas

- a) Os investimentos em Educação ocupam papel central no progresso das sociedades. Os países com maior desenvolvimento são aqueles que fizeram os maiores investimentos em prol da escolarização de qualidade de seus povos. Há forte correlação entre os indicadores educacionais de qualidade e avanços no setor produtivo e na

qualidade de vida, bem como na redução das desigualdades. O que importa é ser educado e não somente estar na escola¹.

- b) O fundamento da assertiva acima é que as massas desprotegidas precisam da atuação do PSB para impulsionar o processo social, onde quer que ele se trave, e não poucas vezes ele se trava fora do plenário de nossas casas legislativas. O parlamentar socialista deve ser livre, caminhando pelo país, ouvindo, falando, viabilizando projetos políticos, possibilitando o diálogo entre as forças políticas, fortalecendo a correlação de forças em favor dos oprimidos e excluídos. Somente assim será possível ao PSB consolidar um projeto político distinto e com forte apoio popular, tornando claras as condições objetivas de sua contribuição não apenas para a construção partidária, mas para que se processem coalizões políticas agregando o maior número possível de partidos e forças progressistas em torno de um projeto nacional, sob a hegemonia do PSB².
- c) A educação como questão central – É justamente esta centralidade da educação, para a construção de um projeto de nação, que deve nos orientar a olhar criticamente para aquilo que se vem fazendo. Muito embora a esquerda tenha um discurso iluminista sobre a educação, ainda não conseguiu qualificar-se politicamente para conduzir e orientar seus rumos.

O Brasil investe pouco e mal na área educacional, razão pela qual logramos os costumeiros resultados que demonstram recorrentemente nosso fracasso em educar: As estatísticas da educação são os números de uma tragédia humana de imensas dimensões, uma vez que se opõem de modo concreto e prático não a esta ou aquela conquista e direito, mas à dignidade intrínseca e inalienável da pessoa humana.

Para orientar nossas ações, para tornar clara a dimensão de um projeto concebido sob a ótica dos valores que se consagraram no campo libertário, é necessário compreender que a educação, além de ser um meio para conquistar o desenvolvimento econômico, político e social, é um fim em si mesma. É a finalidade maior da sociedade humana, o início, a base sobre a qual se erguem os pilares de uma civilização democrática e solidária. De todas as urgências de nosso país, nenhuma é mais premente do que a de realizarmos uma verdadeira revolução na educação. Somente deste modo podemos evitar que a realidade derroque a Lei, senão em sua letra, seguramente em seus princípios e em suas promessas de civilidade e cidadania:

1 MARINHO, Rogério, em pronunciamento no plenário da Câmara Federal, registrado no *Jornal da Câmara*, ed. 14.08.2007, p. 7.

2 AMARAL, Roberto, in: *Controvérsias Socialistas*, PSB, Brasil Socialista, n. 6, 1992.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006);
- VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII – garantia de padrão de qualidade.

(Constituição Federal, 1988)

Sabemos que na atualidade é requisito necessário ao trabalhador ter o domínio dos mínimos culturais e simbólicos essenciais para integrar-se a um processo que, na essência, está mediado pela máquina e pelo estágio de seu desenvolvimento, não apenas mecânico, mas igualmente eletrônico (computacional), ou seja, pela aplicação concentrada e metódica da tecnologia. Ora, máquina tende a ser, cada vez mais, um artefato ao qual se agregam elementos de robótica e que, portanto, requer um operador capaz de satisfazer suas exigências operacionais, que se encontram devidamente repertoriadas em manuais de procedimentos, códigos de utilização e conduta, dentre outros.

Compreende-se, deste modo, que ser trabalhador exige, portanto, na atualidade, a aquisição de habilidades que dependem diretamente da educação formal e do nível de escolarização. Esta exigência, se considerada a dinâmica imanente do processo de produção, requer, complementarmente, mais do que um mínimo cultural, ou um conjunto de habilidades, fazendo-se imprescindível a aquisição contínua de conhe-

cimentos e habilidades, sem o quê o trabalhador pode se ver rapidamente superado pelas exigências impostas pelo mercado de trabalho.

Fundamental recordar, nessa questão, que o repertório que deve ser adquirido pelo trabalhador não está determinado necessariamente em escala nacional, sendo seguramente influenciado pelos padrões internacionais, algo de todo natural em uma economia que se globalizou, ou seja, que procura minimizar o custo de movimentação planetária de mercadorias e capitais.

Um projeto de nação, na justa medida em que compreendamos a natureza das determinações objetivas da sociedade contemporânea, deve incorporar, portanto, como princípio norteador o da revolução, mas de uma natureza específica e particular, ou seja, a que nega e supera o berço da desigualdade na nação brasileira, ou seja, a educação pública de segunda qualidade, que historicamente se oferece às massas populares, como elemento essencial à manutenção da ordem, que é igual e simultaneamente um convite ao atraso recorrente e à exclusão sem remédio.

Além disso, o compromisso do PSB deve estar do lado da autonomia, da superação da menoridade perpétua que nos impõe a ordem, com o que se prepara e almeja não uma melhoria dentro dos contornos estreitos do existente, mas sua superação democrática por uma forma mais justa e fraterna de sociedade.

As questões que envolvem a educação, especialmente agora – ainda que não menos ao longo de toda nossa história –, são imediatamente aquelas que se referem à própria construção da nação. É o fundamento em um projeto cuja promessa irreduzível e incontornável são a civilização, a justiça social e a cidadania. A crítica fundamentada e qualificada, portanto, não está necessariamente associada ao teor mesmo dos projetos que vêm sendo postos a partir de 1988, mas ao fato de que, no muito de acertos que há nas propostas e planos, eles tenham permanecido irrealizados. É preciso, pois, materializá-los, e esta é uma tarefa da política.

- d) Projeto político pedagógico – A nação enquanto tal, nas suas instâncias federal, estaduais e municipais, carece de um projeto político/pedagógico que norteie o sistema de educação público ou administrado por entidades privadas. A realização dos princípios constitucionais necessita desse projeto político/pedagógico, para que, além da universalização do serviço da educação, se alcance a qualidade proposta nos citados princípios constitucionais.

A educação que visa “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” só será tal se tiver, como

paradigmas básicos as diretrizes dos Direitos Humanos universais, ou seja, que educar significa educar para os direitos humanos: paz, democracia, desenvolvimento sustentável, justiça social (Declaração da Conferência de Viena, 1993).

O sistema educacional brasileiro, além de um deficiente sistema de ensino que mal prepara para a "qualificação para o trabalho", salvo raras e excelentes exceções, está norteado pelos princípios do mercado, ou seja, a competição, o individualismo ético, a rentabilidade monetária, o consumismo sem atenção para as questões ecológicas.

A Educação Nacional

Pode-se afirmar que, nas três últimas décadas, foram promovidos esforços de políticas públicas visando melhorar os níveis de educação da população brasileira. Um aspecto importante foi o aumento da taxa de matrícula. Em 2006, mais de 97% da população de 7 a 14 anos estavam matriculadas. Foi um avanço diante das taxas do final da década de 1980, quando o índice de atendimento era de 86%.

Entretanto, há de se ressaltar que o Brasil ao longo da história não conduziu sua expansão do Ensino Básico em prol da qualidade de aprendizado. No país, ainda, se convive com altos índices de evasão e abandono, além de falta elementar de qualidade na educação básica. O Ensino Superior também sofre as conseqüências de uma educação de base sem a qualidade adequada. Quase 80% das matrículas no Ensino Superior são feitas em instituições sem qualidade (uma parte delas tem, sim, qualidade, mas o que deveria ser a regra é a exceção) e a custos individuais bastante onerosos.

Por outro lado, as universidades federais abrigam os mais proficientes, oriundos, em sua maioria, de cursos de Ensino Médio oferecido pelas escolas das redes privadas e cursos preparatórios para os vestibulares. O resultado é patente, os mais ricos estão na universidade federal e os mais pobres pagam por seus estudos em instituições de Ensino Superior sem qualidade, em sua maioria. Isso sem contar com os milhões de estudantes que sequer têm a oportunidade de finalizar o Ensino Fundamental e o Médio.

Para superar o quadro de debilidade da aprendizagem e, mesmo, concretizar a universalização da educação básica é necessário aumentar os recursos de investimento geral e per capita e melhor direcioná-los, com planos e metas claras de avanços reais, buscando equidade. Deve-se priorizar de forma radical o Ensino Básico.

Isso quer dizer aumentar os investimentos na qualificação dos professores da educação básica, oferecendo a eles uma melhor formação inicial e continuada. É importante garantir mais escolarização às crianças e aos jovens, com mais aprendizado efetivo. Mais anos médios de escolarização, com menor distorção idade-série, efetivando o desenvolvimento de mais habilidades de Leitura e de Matemática são processos vitais ao crescimento econômico e ao aprimoramento da educação no Brasil. Mas não é só. Faz-se importante ampliar o horário escolar no Brasil, oferecendo aos alunos de escola pública esportes, artes e reforço pedagógico de disciplinas.

A qualificação da educação de base é preocupação constante de países que alcançaram um desenvolvimento estruturado e efetivo. Seja por meio de reformas da educação, seja por meio de ações efetivas de melhoria dos recursos humanos ou pela implementação de leis para o setor educacional, o fato é que alguns países deram saltos de qualidade no ensino. E essa empreitada influenciou diretamente no desenvolvimento econômico dessas nações. Para tanto, um fenômeno social e político é comum a todos: a educação de base foi priorizada não somente pelo Estado, mas pela sociedade desses países.

São países que regularizaram seu fluxo educacional, aumentaram a escolaridade média de suas populações, investiram uma quantidade razoável de seus gastos sociais em educação, têm consciência clara do poder dos incrementos educacionais em seus recursos humanos, melhoraram a qualidade do aprendizado e investiram em formação de professores e os valorizaram profissionalmente. Além disso, ampliaram os sistemas de avaliação de resultados, seus mecanismos de responsabilização e priorizaram a educação de base como estratégia de desenvolvimento técnico e tecnológico. São países que deram certo na promoção da educação e isso se refletiu fortemente no desenvolvimento econômico e social.

Tem-se uma grande chance agora com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e a implantação do Plano de Desenvolvimento da Educação de desenvolver uma forte consciência social em prol de uma educação de qualidade. Envolvimento das famílias na cobrança de mais qualidade da escola e no incentivo aos estudos dos filhos se faz fundamental. Apoio às famílias para a educação dos filhos e fortalecimento das sociedades locais e da tradição comunitária, com impactos na cobrança de qualidade das escolas por parte das famílias pode contribuir para o alcance da qualidade do aprendizado.

Então é preciso prioridade para a educação de base, equilíbrio na distribuição do orçamento da educação, com foco no Ensino Básico. Para alcançar uma educação de qualidade é necessário que todas as escolas brasileiras possuam equipamentos mínimos, salas de informáticas, bibliotecas, laboratórios, material didático. É necessária uma verdadeira autonomia das escolas, com cobranças de resultados do Estado e da sociedade civil. Sugere-se a oferta da

educação, pelo menos no fundamental, em horário integral. Ainda é preciso aumentar os investimentos no ensino de linguagens – Matemática, língua materna, outra língua e educação digital; ampliar a educação infantil; e adotar nacionalmente uma alfabetização infantil eficiente, com a adoção de métodos adequados e testados cientificamente.

Os desafios educacionais no Brasil ainda sugerem um forte investimento na formação inicial dos professores, com ênfase em conteúdos e métodos de aulas, implementação de processos de responsabilização e certificação do trabalho docente, valorização dos docentes; isso se refletindo em salários mais altos. Esta é uma condição para atrair bons professores que se dirigem para o ensino privado ou para outras áreas de atuação. A institucionalização de carreiras docentes, baseadas no mérito e na profissionalização, é essencial para uma educação de qualidade. Realmente, com estes objetivos e ações alcançadas, podemos sonhar com o des-travamento do crescimento econômico, com a justiça social e com um país com menos pobres e mais igualdade de oportunidades. Pois, a educação é um dos principais ativos econômicos que explicam as desigualdades e a pobreza no Brasil.

Oportunidades Atuais

No atual contexto, reconhecemos como importantíssimo o mérito da objetividade do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) e do Fundeb, com seus indicadores e metas qualificadas. Tem-se verdadeira chance de uma real reforma educacional, com a implementação efetiva do Plano de Desenvolvimento da Educação, que pode assegurar ao Brasil o nível de qualidade de países do mesmo grau econômico do nosso, em alguns anos ou até 2022. Trata-se de um vigoroso pacote de metas e ações que inclui medidas para financiar o transporte escolar, computadores nas escolas e bolsa para doutores nas universidades. O primeiro passo para solucionar um problema é reconhecer a sua existência, e esse foi dado pelo presidente da República e pelo ministro Fernando Haddad.

Os diversos indicadores educacionais atestam as péssimas condições da educação brasileira, comparadas a outros países do mundo, e como esta situação afeta o nosso projeto de desenvolvimento a médio e longo prazo. A assinatura de convênio do governo brasileiro se comprometendo a cumprir os postulados do pacto Todos Pela Educação, sinaliza claramente um conjunto de metas e obrigações a ser cumprido dentro de prazos pré-definidos. E para cumprir é preciso muito trabalho, mais recursos, mais igualdade na distribuição desses recursos e gestão por resultados, primando pela eficiência e eficácia no gasto público em educação.

Porém, existem lacunas a serem preenchidas no PED. A primeira é a necessidade de mais foco na qualidade no ensino. O PED em uma de suas ações cria o Ideb (Índice de Desenvolvi-

mento do Ensino Básico) e assegura maior quantidade de recursos a municípios e escolas em função de resultados, como correção de fluxo escolar, melhoria de índices de repetência, ambiente escolar e melhorias no aprendizado. Isto é fundamental, pois o grande problema da educação nacional está na educação infantil e fundamental. Neste caso, é preciso um esforço maior para qualificar o alicerce do edifício da educação.

A segunda lacuna é o financiamento. Sem recursos não haverá plano. As dificuldades de financiamento já começam no caso do Fundeb. Os recursos são escassos e as responsabilidades e obrigações foram aumentadas. Sem uma contrapartida financeira por parte da União, que mesmo aumentando em dez vezes o total de recursos investidos no Fundo, chegará ao final de 2010 com uma participação de apenas 10% do total, poucas chances o país terá de revolucionar a sua educação básica.

É importante destacar que a qualificação continuada de professores por meio de pólos de universidade aberta, com cursos presenciais e a distância, com mil unidades até o final da atual administração é uma ação meritória, uma vez que o nosso principal problema é o aprendizado nos quatro primeiros anos do Ensino Fundamental. Nesse período, os professores se ressentem de falta de conteúdo e metodologias pedagógicas eficazes, o investimento em creches e pré-escolas para reforço e ampliação da rede existente em consonância com as novas responsabilidades advindas com o Fundeb. Também mostra a necessidade de a União socorrer municípios de todo o Brasil que irão ser pressionados por aumento de vagas em suas redes de ensino.

Um aspecto importante do novo Fundo é a possibilidade de destinar mais recursos para a Educação de Jovens e Adultos e, conseqüentemente, se bem empregados os recursos, aumentar a escolaridade média da população e diminuir, por exemplo, o analfabetismo funcional. É meritório, da mesma forma, o Fundo garantir recursos para que os municípios possam ampliar sua oferta de educação pré-escolar. Contudo, ainda existem muitas dúvidas quanto ao valor per capita de investimento e a capacidade dos municípios implementarem ou ampliarem a educação pré-escolar com a qualidade necessária.

Ainda, a lei de criação do Fundeb prevê a criação de um piso nacional de salários para os docentes, já em tramitação no Congresso Nacional. Isso pode gerar, em diversas localidades, aumento da retribuição do trabalho docente e mais atração pela carreira. Para os municípios espera-se a destinação de mais recursos para estruturar as carreiras docentes, com aumento do número de efetivos.

Concebemos que é preciso uma presença mais intensa do governo federal, tanto financeira como tecnicamente, para ajudar os municípios e estados a promoverem a revolução necessária na educação.

O MEC anunciou que precisará de 8 bilhões em quatro anos para colocar em prática este PDE. Os desafios apresentados são a gestão, mobilização e financiamento. Para o financiamento, o PSB defendeu a aprovação urgente da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 66/2007, que prevê paulatinamente o fim da Desvinculação dos Recursos da União (DRU) sobre o orçamento do Ministério da Educação³.

A incidência da DRU que atualmente é de 20% sobre o orçamento da educação será reduzida nos próximos quatro anos, até deixar de existir naquela rubrica. O projeto fixa a redução para 15% em 2008, 10% em 2009, 5% em 2010 e zero em 2011. Pelos cálculos, esse processo representará um acréscimo de mais R\$ 17,6 bilhões para investimentos na Educação Básica. É um montante de recursos que serão suficientes para a realização de uma verdadeira reforma da educação neste país.

Politicamente, é importante ter claro que educar pessoas e fomentar o desenvolvimento humano são objetivos que estão muito além do discurso hegemônico, pouco sensível aos princípios humanistas que compreendem a educação como formação de valores e comportamentos.

É preciso ter em mente que a qualidade da educação deve ser a meta número um de uma reforma educacional e deve ter como princípios o pleno desenvolvimento da pessoa, a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Outra clara oportunidade para a nação é o aumento da consciência em torno da necessidade de uma educação de qualidade. Uma das mudanças que se tem verificado nos últimos anos em todo o Brasil é o aumento da percepção dos diversos atores sociais quanto à necessidade de melhorar, de forma substancial, a qualidade da educação. Para que isso ocorra é preciso mudar a condução das políticas educacionais, reorientar a gestão, permitindo estabilidade das equipes gerenciais, persistência das políticas com avaliação criteriosa dos resultados. A sociedade civil, de maneira geral, os empresários e a imprensa estão cada vez mais atentos a que se apliquem os recursos orçamentários vinculados à educação de forma mais eficiente e com maior produtividade do gasto público no setor.

3 Deputado Rogério Marinho – ver matéria publicada no *Jornal da Câmara*, edição de 14.08.2007, p. 7 – jornal@camara.gov.br

Sugestões de Mudanças na Educação Nacional: princípios de uma Reforma Educacional

Qualidade e eqüidade: construindo o futuro da educação no Brasil

Dois devem ser os objetivos centrais para o aperfeiçoamento do setor de educação no Brasil para os próximos anos: melhorar os indicadores de fluxo escolar e de aprendizagem dos estudantes em suas redes de ensino. São objetivos gerais que permitem à educação constituir-se um dos pilares para o desenvolvimento social e econômico do país. Entretanto, para a melhoria da qualidade educacional é preciso levar em conta os condicionantes do melhor aprendizado.

A educação possui diversos fatores que afetam, em graus variados, os resultados. São condicionantes derivados do contexto dos alunos e das escolas nas quais estudam. Relativamente às características dos alunos, sobressaem-se o seu universo familiar, o seu nível socioeconômico e a escolaridade dos seus pais. As evidências mostram que familiares mais escolarizados atribuem maior valor à educação de suas crianças, acompanham e incentivam os seus filhos, inclusive em tarefas do cotidiano escolar, ações que maximizam as chances de sucesso.

Os condicionantes do ambiente escolar podem ser agrupados em três grandes conjuntos. O primeiro diz respeito à formação e atuação dos professores. O segundo refere-se ao clima escolar, ou seja, aos resultados das interações sociais e intelectuais entre alunos, professores e funcionários. Escolas com clima degradado, seja por aspectos disciplinares, seja por falta de coordenação do trabalho docente, pouco contribuem para o bom aprendizado dos estudantes. O terceiro conjunto de fatores refere-se à gestão da educação, incluindo desde a administração superior do setor educação até a escola propriamente dita. Para alcançar o sucesso, são necessárias ações claras e racionais de alcance de metas, monitoramento e avaliação do trabalho docente e de seus resultados junto aos alunos.

A despeito dos determinantes originados nas características individuais do aluno e de seu núcleo familiar, é possível melhorar a qualidade da educação por meio de uma orientação de política focada na escola, notadamente a escola com bom clima educacional.

Neste sentido, é salutar recomendar que a educação deva alcançar qualidade, eficiência e eficácia. E isto pode ser feito com acompanhamento de perto das redes de ensino e suas escolas. Diversos estudos têm apontado o que pode ser considerado necessário em uma escola de qualidade, que ensine a todos e contribua para que este ensino seja significativo na vida do estudante além de ser, também, significativo para a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico.

Uma escola eficiente e atrativa caracteriza-se por uma série de fatores evidenciados a partir das informações coletadas junto a alunos, professores e diretores pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Os aspectos escolares que promovem melhor aprendizado e geram as chamadas escolas eficazes situam-se, estritamente, dentro das possibilidades de intervenção dos gestores de políticas públicas educacionais. Um melhor desempenho da escola irá torná-la uma instituição fundamental para promover a equidade, bem como proporcionar o desenvolvimento dos saberes básicos, contribuindo para a inclusão social e econômica do cidadão, minimizando os efeitos adversos de sua origem social. Uma boa escola é aquela que permite o aprendizado, com qualidade e para todos.

Os fatores extra-escolares dependem de políticas sociais que interfiram nas condições das famílias e no combate à exclusão social. Por isso, estariam *stricto sensu* fora do âmbito de uma política educacional, muito embora possa haver políticas de combate à pobreza associadas à educação, como o Bolsa-Escola.

O que se pretende destacar são alguns fatores que estão sobre a governabilidade do setor educacional e da escola e sobre os quais é possível exercer algum tipo de ação visando a produzir mudanças em busca de maior eficácia. São questões que devem ganhar visibilidade para auxiliar o direcionamento das políticas educacionais, preservando a autonomia da escola. É preciso pensar e programar políticas públicas (bem como apoiá-las) para que impactem diretamente no cotidiano da escola, onde o aprendizado efetivamente acontece.

Vale ressaltar que o clima de aula ou mesmo da escola deve funcionar para a promoção do aprendizado. Os alunos devem ser conduzidos a um bom relacionamento coletivo, produtivo e prazeroso. Os professores devem acreditar em seus alunos. A boa expectativa de aprendizado influencia diretamente nos resultados de sucesso escolar. Além disso, a escola deve operar por meio de um projeto pedagógico, construído coletivamente e conduzido de forma a dar sentido objetivo às evoluções alcançadas.

De maneira geral, uma boa escola deve contar com salas de aula adequadas, os estudantes devem ter acesso a bibliotecas, laboratórios, quadras para a prática esportiva e núcleos de artes. Em relação aos professores, além de remuneração condizente, a formação inicial e continuada deve fazer parte da política de recursos humanos da escola e da Secretaria de Educação. Essa formação não deve restringir-se somente a métodos, o professor precisa dominar, com desenvoltura, o conteúdo da disciplina que ensina. Portanto, os programas de capacitação devem reunir os dois elementos centrais: conteúdo e pedagogia (práticas educativas).

Os materiais pedagógicos devem ser adequados e suficientes às necessidades e à quantidade de alunos atendidos, assim como bem manipulados pelos professores na administração das aulas. O diretor precisa ter qualificação específica para gestão escolar. Além de características de liderança, é necessário ter estratégia para a integração efetiva da comunidade ao cotidiano escolar. Precisa estar efetivamente preocupado com o resultado da aprendizagem e essa preocupação deve manifestar-se na direção da escola, com planejamento e acompanhamento do trabalho docente. Pode-se, inclusive, afirmar que as escolas devem dispor de processos de avaliação permanente dos seus resultados e procedimentos, habituando-se a avaliações externas de aprendizado e auto-avaliações.

O Saeb, ao pesquisar os fatores associados ao aprendizado, oferece informações que quantificam a relação entre a adoção de boas práticas e o sucesso escolar. É certo que os fatores são inter-relacionados, mas a análise de alguns deles serve como indicador daquilo que pode ser adotado para a melhoria da qualidade do ensino nos municípios.

Por exemplo, a existência e a utilização efetiva da biblioteca fazem diferença no rendimento dos alunos. De acordo com os resultados do Saeb 2003, para a 4ª série, em leitura, quando até 25% dos alunos da escola fazem uso da biblioteca, a média de proficiência é de 168 pontos. Quando mais de 75% dos alunos utilizam a biblioteca regularmente, a média sobe para 181 pontos. Quando não existe esse tipo de recurso para os estudantes, o resultado de desempenho é de 153 pontos. Os resultados mostram, ainda, que quando há um responsável pela biblioteca escolar, a média aumenta, e quando os professores realizam atividades dirigidas nesse ambiente, há ganhos importantes e significativos na aprendizagem.

Alunos que fizeram a pré-escola e que foram alfabetizados antes da 1ª série do Ensino Fundamental apresentam maiores médias de proficiência na avaliação, corroborando a visão amplamente difundida da influência positiva da educação pré-escolar na progressão da criança no Ensino Básico. Dessa forma, alunos da 4ª série que fizeram a pré-escola atingiram uma média de 171 pontos na avaliação em leitura. Aqueles alunos que não tiveram essa oportunidade atingem a média de 151. Vinte pontos a menos.

A escolaridade do professor é outro fator que está relacionado com o desempenho dos estudantes. Quando o profissional que está em sala de aula possui formação superior, a média dos seus estudantes no Sistema de Avaliação é de 172 e, quando a formação é de nível médio, cai para 157 pontos. A diferença na escala de desempenho, nesse aspecto, traduz de maneira clara a importância da formação docente no aprendizado das crianças e jovens. Para tanto, é necessário enfatizar que a formação continuada deve ter qualidade. Deve ser monitorada constantemente e deve repercutir em sala de aula, no aprendizado efetivo das crianças e jovens.

Como ponto central de uma discussão da melhoria da qualidade do ensino, os gestores educacionais devem valorizar a formação inicial e continuada dos professores. Tanto em um como em outro caso, deve-se verificar se a formação oferecida está em consonância com as necessidades locais de aprendizado dos alunos. É recomendável que as escolas promovam programas de formação adequados às suas especificidades, discutindo os problemas da unidade educacional e da comunidade escolar.

Seria recomendável ao sistema educacional ter um quadro de professores permanente, diminuindo assim o número de profissionais contratados em regime temporário nos estados e municípios, de forma a minimizar tanto a falta de docentes quanto a descontinuidade do trabalho pedagógico, decorrentes das constantes substituições ao longo do ano letivo. Deve-se sempre estar preenchendo as vagas na docência com concursos públicos.

Dado que múltiplos fatores interferem na qualidade do sistema educacional e que nenhum fator responde sozinho por qualquer mudança nessa área, as políticas de intervenção precisam ser integradas. São iniciativas essenciais as parcerias entre as distintas instâncias governamentais, universidades, instituições de pesquisa e empresas, por meio de seus departamentos ou instituições de responsabilidade social.

Para obter êxito, os programas devem ser articulados, complementando-se. Qualquer medida para a melhoria da prática docente, por exemplo, deverá estar associada à discussão sobre a revisão dos procedimentos de utilização do livro didático, das reformas curriculares e da formação docente.

Estratégias Gerais de uma Reforma da Educação

Uma reforma da educação brasileira visando a melhoria da qualidade da educação deve estabelecer metas de desempenho, contemplando diminuição do número de alunos em baixos estágios de aprendizagem, alcance de médias mínimas satisfatórias na avaliação externa, regularização de fluxo escolar, diminuição da evasão e da reprovação, perseguindo redução significativa da distorção idade-série e do abandono escolar.

A avaliação sistêmica permitirá medir as habilidades alcançadas pelos estudantes. Esse é um bom instrumento para monitorar o progresso das escolas e estabelecer os parâmetros e as metas a serem perseguidas pela comunidade escolar.

As instituições de ensino precisam contribuir para o sucesso dos estudantes, oferecendo bons recursos pedagógicos a serem geridos por docentes e gestores com boa qualificação técnica.

ca. Por sua vez, as prefeituras e os governos estaduais podem mobilizar recursos para o objetivo da aprendizagem dos docentes a serem formados. É vital um projeto pedagógico comprometido com conteúdos e com o envolvimento significativo dos alunos. Sugerem-se três focos fundamentais de trabalho na educação nacional, que se implementados podem contribuir no caminho de transformação do capital humano nacional.

Foco 1: Melhorar a qualidade do aprendizado

Não existe qualidade do aprendizado sem estudantes com hábito de leitura e com competência para entender os textos escritos. É preciso estabelecer a leitura como uma preocupação central do ensino, ao longo de todo o percurso da educação básica. Devem ser criadas oportunidades de leitura para os jovens e as crianças, com a implementação de cantinhos de leitura em cada sala de aula do ciclo de alfabetização, e implantadas bibliotecas para as escolas do segundo ciclo e Ensino Médio.

Devem ser criados jogos e campeonatos de leitura e escrita entre as crianças e jovens do Ensino Médio de toda a rede pública de ensino. Para tanto, é necessário capacitar os professores, criando-se um pacote mínimo de leitura, dedicando-se uma hora por dia para a leitura em sala de aula. Neste aspecto, pode-se ofertar um pacote de livros ou as escolas definirem o seu pacote de títulos. A matemática é importante em todas as fases.

São bastante evidentes os benefícios da pré-escola para toda a trajetória escolar dos indivíduos e para sua vida após completar a escolarização. Por isso, deve-se garantir o aumento da oferta para esta etapa, capacitando os docentes e tendo em vista a definição de objetivos claros para o ciclo das crianças de quatro anos e para o ciclo das crianças de cinco anos.

Sugere-se que os municípios sejam os protagonistas pedagógicos da educação infantil, já que a municipalização já se deu nacionalmente. A condução dos conteúdos, as sugestões de formas de aprendizado e, mesmo, o estabelecimento de metas a serem alcançadas pelos municípios são atribuições que devem ficar a cargo das Secretarias Municipais de Educação.

Sobre alfabetização infantil, constatam-se sérios problemas. Isso está evidenciado de forma retumbante pelos resultados da avaliação nacional Prova Brasil.

Deve-se implantar um ciclo básico de alfabetização que dure dos seis aos oito anos de idade. Devem-se prever as competências a serem desenvolvidas a cada ano. Faz-se fundamental na prática do ensinar a utilização de material didático que tenha sido elaborado por *experts* e testado em situações de aprendizagem. Os professores devem ter acesso a esse bom material e serem orientados na escolha, quando for o caso, dos textos adequados para o desenvolvimento

da compreensão leitora; também devem ser bem preparados para o domínio das técnicas para o ensino da leitura e da escrita em sua fase inicial.

Outras experiências de ciclo de alfabetização no Brasil fracassaram, em redes estaduais e municipais, pela descontinuidade da política, da falta de avaliação e monitoramento, pela pouca preparação dos professores e pela inexistência de uma adequação do espaço escolar, seja em termos de equipamentos ou de material didático.

É preciso conhecer o perfil dos regentes que atuam nas classes de alfabetização; é importante saber sobre sua formação e ter conhecimento sobre as práticas educacionais por eles implementadas. Após isso, é necessário desencadear um esforço de consenso junto a especialistas e docentes sobre quais habilidades são imprescindíveis na alfabetização das crianças. Essa matriz de habilidades irá orientar um bom processo de capacitação de professores, com objetividade e voltado para a melhoria das práticas pedagógicas no cotidiano escolar.

Os professores devem ser bem preparados, garantindo-se a eles acesso ao que existe de mais atual no ensino da leitura e da escrita. Há uma vasta pesquisa internacional e nacional sobre o tema. Os cursos de pedagogia que preparam os alfabetizadores, geralmente, ignoram os avanços científicos. Isto é um problema grave, pois há um grande distanciamento das IES dos níveis básicos de ensino.

Garantir instrumentos e orientação para que os professores façam diagnóstico do progresso dos estudantes, com metodologia mais científica. Esta é uma lacuna na formação dos professores alfabetizadores: a fragilidade em diagnosticar as deficiências das crianças e como corrigi-las. Isto, sim, poderia ser objeto de formação continuada. A escola deve ter condições de identificar as crianças com dificuldades de aprendizado e encaminhá-las para receber um atendimento adequado. De maneira geral, a maioria das crianças não tem sérias dificuldades de aprendizado. Os motivos predominantes do fracasso são outros. Dizem respeito à qualidade do ensino, em especial, nessa fase, à alfabetização.

Fazer avaliação externa ao final de cada ciclo, isto é, quando as crianças completarem oito anos. Aplicar teste de compreensão leitora, com critérios para avaliar se as crianças estão concluindo a etapa de alfabetização sabendo ler e escrever. Há critérios objetivos para medir a alfabetização. Por exemplo, as crianças devem ler um texto adequado à sua idade, com fluência de 160 palavras por minuto (crianças com oito anos, sendo alfabetizadas ao final dos sete anos, por exemplo). Devem ser capazes de parafrasear um texto e responder, por escrito, perguntas sobre o mesmo.

Os gestores, sejam os diretores de escola sejam as autoridades da Secretaria, devem promover inspeção escolar para monitorar o trabalho dos centros educativos.

Para alcançar uma educação de qualidade, a preocupação com a utilização prática das tecnologias de comunicação e informação é de crucial importância para o progresso pessoal e da coletividade, em suas dimensões culturais e econômicas. Cada vez mais a informática e a internet irão estar presentes nos negócios, nas comunicações e mesmo na educação. Não se pode conceber que um jovem saia da educação básica sem utilizar essas ferramentas primárias. Dotar todas as escolas de Ensino Fundamental e Médio de laboratório de informática com acesso à internet é fundamental. A ampla maioria das crianças e jovens terá a oportunidade de sair da exclusão digital na escola.

Criar um projeto pedagógico, a ser aplicado em todas as escolas da educação básica, de utilização da informática e da internet, que considere a necessidade dos alunos aprenderem a buscar informação relevante, comunicar-se por meio de correio eletrônico, produzir informações e textos utilizando editores e planilhas eletrônicas, além da realização de transações eletrônicas.

Em cada área do currículo do Ensino Fundamental e Médio deve existir uma intensa utilização pedagógica dos computadores. Isso é possível, seja por meio de programas específicos ou por meio da internet.

A qualidade no Ensino Fundamental é de vital importância para toda a educação básica. O Ensino Fundamental, modalidade da educação básica que é obrigatória, conforme determina a Constituição, foi elevado à condição de prioridade da educação básica no país, desde pelo menos a entrada em vigor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Com a entrada em vigor do Fundeb, não há definição de foco em nenhum nível de ensino. No entanto, é necessário garantir que não se dispersem os recursos mínimos para o fundamental. É neste que se podem assegurar os melhores resultados para elevar o nível educacional da população destes municípios estudados, garantindo-se a cobertura para todos na faixa etária e taxas de conclusão acima de 90%, com distorção idade-série abaixo de 10%.

Para corrigir o fluxo, deve-se pensar na possibilidade de implantar dois ciclos de ensino no Brasil, um para as crianças de 9 a 11 anos e outro para os jovens de 12 a 14 anos. Se houver consenso em torno do ciclo, deve-se garantir que haja avaliação, tanto diagnóstica quanto externa, dos resultados.

Se houver a decisão de manter um sistema seriado após o ciclo básico de alfabetização, deve-se ter em mente que níveis superiores a 5% de repetência são inaceitáveis. Se os resultados do ciclo básico de alfabetização forem eficientes, duas conseqüências serão positivas para os anos seguintes do Ensino Fundamental: as crianças ingressarão na 4ª série de fato alfabetizadas e irão fazê-lo na idade correta. Para combater a repetência, deve-se ter programas que permitam apoiar as crianças com dificuldades dentro da escola.

Fazer uso, em cada escola, dos resultados do Prova Brasil, aplicado pelo MEC/Inep, em 2005, cujos resultados foram publicados em meados de 2006. Pelo Prova Brasil todas as escolas públicas urbanas têm um resultado do desempenho dos seus alunos de 4ª e 8ª séries, para as disciplinas Leitura e Matemática. As escolas devem perseguir atingir a média de 200 pontos na 4ª série e 300 na 8ª série, nessas duas disciplinas.

Para melhorar o desempenho, uma iniciativa importante é trabalhar mais em sala de aula, observando-se a matriz de competências do Saeb. A matriz não deve ser o currículo, mas pode ocupar uma parte do tempo de aula semanal.

A qualidade no Ensino Médio é de fundamental importância. Mas ela vai ser alcançada de forma definitiva com a melhoria da educação fundamental. A matéria-prima do Ensino Médio é o estudante do Ensino Fundamental.

Pode-se afirmar que o Ensino Médio no Brasil carece de uma identidade que reflita as necessidades dos diversos segmentos sociais. A experiência de junção do Ensino Médio com o Técnico Profissionalizante gerou elitização indesejável dos centros federais de tecnologia e dramática falta de qualidade das escolas públicas que mesclavam o acadêmico com o profissionalizante.

Deve-se, contudo, pensar em adotar dois percursos na educação de nível médio. Os alunos fariam um ciclo comum, de um ou dois anos, com formação geral para todos. Depois poderiam optar por um ciclo de um ou dois anos, com dois itinerários possíveis: humanístico e científico ou tecnológico vocacional. Este último não é profissionalizante, mas deve dar aos estudantes oportunidade de conhecer melhor a realidade econômica de seu município, de sua região e de seu estado e os diferentes ramos de atividades profissionais, bem como de buscar um conhecimento de suas aptidões e habilidades.

Uma reorientação curricular e de abordagem dos diversos componentes curriculares é essencial. Deve-se buscar minimizar os efeitos enciclopédicos dos currículos de Ensino Médio, nos quais se pretende ensinar demais e o resultado é que se aprende de menos. Uma forma de mudar a abordagem é introduzir no cotidiano da escola um ensino médio voltado mais para as necessidades da vida prática dos estudantes, bem como da realidade socioeconômica dos municípios estudados. Um bom referencial é adotar de forma mais consequente os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Médio.

Combater as altas taxas de repetência. A melhoria da qualidade do Ensino Fundamental pode ajudar na queda da repetência. Também para o Ensino Médio, taxas acima de 5% em cada série e, no geral, representam uma enorme ineficiência e desperdício de recursos. Pode-se pensar num ciclo ou no sistema seriado, mas com apoio aos alunos para evitar a repetência.

Equipar as escolas, com laboratórios, bibliotecas e informática para uso pedagógico. Não se pode conceber que uma escola possa funcionar bem sem uma infra-estrutura com estes equipamentos.

Para efetivar uma educação de qualidade em um mundo globalizado e sob a égide do conhecimento, a alfabetização em inglês se faz fundamental. Em um mundo que cada vez mais se globaliza, em que cada vez mais se internacionalizam as transações econômicas, em que as referências culturais se acentuam no pólo local e internacional, o domínio da língua inglesa é vital para o desenvolvimento econômico geral e para a capacitação dos indivíduos.

Em outras palavras, garantir oferta de ensino da língua inglesa a todos os jovens no segundo ciclo do Ensino Fundamental deve ser uma meta importante. Ou seja, em primeiro lugar é preciso garantir a competência lingüística na língua materna e em seguida oferecer uma segunda língua. A oferta de língua inglesa em todas as classes do Ensino Fundamental e Médio a partir do quinto ano (conforme a nova classificação proposta pelo Inep para a transição do censo escolar para o regime de nove anos de Ensino Fundamental) deve ser uma meta da educação nacional.

Para tanto, é necessário capacitar os atuais professores e formar novos. O objetivo é que, ao final da escolarização da Educação Básica, todos os jovens tenham capacidade de ler um texto em inglês e uma parcela significativa destes possam se comunicar, oralmente e por escrito, na língua inglesa.

A reversão dos indicadores na dimensão educacional vai precisar melhorar a Educação de Jovens e Adultos, o EJA. Esta é uma modalidade da educação que, tradicionalmente, é relegada a um segundo plano pelos gestores e goza de imagem não muito positiva entre os membros da comunidade educacional e a sociedade. O EJA pode contribuir para a educação nacional, ajudando a corrigir o fluxo, no Ensino Fundamental e Médio, e dando oportunidades de obterem mais educação formal, às pessoas que estão fora da idade correta.

O EJA foi incluído no Fundeb, o que poderá aumentar os recursos para esta modalidade e garantir continuidade às políticas. Para tanto, é preciso institucionalizar a educação de jovens e adultos, se ela não existir ainda, dentro das secretarias estaduais e municipais de educação. Mudar a imagem da modalidade por meio da valorização da mesma e adequando os objetivos instrucionais à realidade do público potencial do EJA e às necessidades dessas pessoas, sobretudo na construção de competências gerais condizentes com o mundo do trabalho e à participação social.

Adotar um referencial de qualidade que possa contribuir para mudar a imagem da educação de jovens e adultos. Uma iniciativa que pode contribuir, de fato, com a melhoria da qualidade desta modalidade é adotar as referências, em termos de competências a desenvolver, que estão alinhavadas nas Matrizes de Especificações do Exame Nacional de Certificação de Competências Jovens e Adultos (Enceja) desenvolvido pelo Inep. Recomenda-se aplicar o exame para a certificação dos concluintes da educação de jovens e adultos.

Difícilmente se alcançará qualidade educacional sem escolas de turno integral. É sabido que a existência dessas escolas são experiências e mesmo rotinas em diversos países. É preciso

incentivar experiências deste tipo. Devem ser escolas que ofereçam, além do previsto na grade curricular, aulas complementares de música, artes plásticas, esporte, dentre outros saberes. No futuro, dependendo do financiamento, todas as escolas deveriam ser de turno integral.

Foco 2: Corrigir o fluxo educacional e ampliar a cobertura

As evidências empíricas são fartas e mostram que um fluxo educacional com alta distorção idade-série é resultado de altas taxas de repetência e evasão. Corrigindo-se o fluxo, haverá economia de recursos para serem aplicados em outras áreas e melhoria da qualidade da educação.

Adotar ciclo de alfabetização para crianças de seis, sete e oito anos. Com isso as altas taxas de repetências nas duas séries iniciais serão drasticamente reduzidas. As crianças irão ingressar alfabetizadas no ciclo posterior ou na série subsequente ao ciclo de alfabetização, tendo reduzidas as suas chances de reprovação ao longo dos anos letivos. Isso porque, uma vez que a criança saiba ler, seu aproveitamento escolar aumenta e a aprendizagem necessária para o progresso também. Combater a repetência nos períodos subsequentes ao do ciclo de alfabetização. Para tanto, é preciso implantar a pedagogia do sucesso em lugar da pedagogia do fracasso.

Foco 3: Profissão docente – valorização, formação inicial, capacitação, avaliação do trabalho e carreira

A consistência do trabalho docente é aspecto central e decisivo na qualidade da educação. É amplamente demonstrado que a formação continuada não aumenta o nível de aprendizado dos alunos. Diante disso, restam duas coisas a fazer. Melhorar substantivamente a formação inicial. Para tanto, a criação de Institutos de Educação pode contribuir e muito. É preciso mudar a orientação da formação de professores vigente em boa parte das Universidades Federais, que são dominadas por um certo bacharelismo e muito academicismo. A formação deve estar voltada para preparar o indivíduo para o trabalho docente, ou seja, fundamentalmente para o manejo de sala de aula e o ensino das disciplinas.

Não se deve abandonar a formação continuada, mas sim mudar a sua orientação, também tendo em mente as necessidades do trabalho docente em sala de aula. Instituir mecanismos de avaliação do trabalho docente. A avaliação pode envolver comissões *ad hoc*, uma avaliação feita pelo diretor do centro educativo e mesmo uma auto-avaliação que seja agregada aos demais instrumentos. A avaliação deve gerar premiações e impactar na progressão da carreira docente.

Pode-se implementar uma certificação nacional do professor, no prazo de três anos. Fortalecer a carreira docente. Para tanto é necessário reduzir o alto percentual de professores temporários. Esta categoria de professores tende a ter um vínculo não muito orgânico com a

escola, dificultando a formação de um clima escolar voltado para o aprendizado. A nova institucionalização da carreira deve valorizar o mérito individual. A progressão deve observar o desempenho profissional.

Além disso, os ganhos salariais devem ser mais significativos no meio e mais próximos do final da carreira para se evitar desestímulo ao professor com apenas dez anos de trabalho, por exemplo. Mas, é bom repetir, a progressão deve estar atrelada à avaliação de desempenho docente.

Estas são indicações mais aprofundadas e específicas de uma reforma educacional brasileira, uma necessidade urgente. Para tanto, é necessário uma revisão profunda da legislação educacional, do pacto federativo e dos processos de responsabilização educacional.

Foco 4: Ensino Médio, Técnico e Profissionalizante

A demanda pelo Ensino Médio vem crescendo fortemente. Hoje, são cerca de nove milhões de estudantes no ensino regular. Nesse sentido, o desafio nacional e estadual é incorporar mais estudantes, com a qualidade de aprendizado adequada e que os conteúdos a serem ensinados na educação média façam sentido prático para os alunos. É preciso lembrar que esta modalidade de ensino é de responsabilidade exclusiva dos estados federados, com apoio da União.

É preciso superar no Brasil um Ensino Médio enciclopédico e meramente acadêmico. Nem todos podem estar no ensino de terceiro grau, nem todos têm tempo, dinheiro e desejo para isso. Assim, a educação média precisa diversificar seu atendimento, conhecer a demanda e associar educação aos objetivos de desenvolvimento social e econômico nacional, estadual e local.

Apesar de o país ter que aumentar a taxa de escolarização no Ensino Superior, a União e os estados não podem vincular estritamente o Ensino Médio ao terceiro grau. Parte dele, sim, deve ser destinada à preparação dos alunos para entrarem nas instituições de Ensino Superior, mas uma outra parte, a maior, deve ser submetida a conteúdos que lhes sejam pertinentes para a vida profissional e, mesmo, que estabeleça parâmetros e habilidades gerais a serem desenvolvidas. Este é o exemplo de quase todos os países que avançaram no setor educacional. São países que oferecem educação média como um meio de qualificação para a vida profissional e social dos seus estudantes, além dos cursos acadêmicos para o acesso ao Ensino Superior.

Por exemplo, na Espanha o estudante pode escolher entre dois caminhos para os seus estudos secundários. Um que é o científico humanístico e outro tecnológico. Na Irlanda existem duas modalidades de Ensino Médio, sendo uma delas com orientação mais vocacional. Não é propriamente ensino técnico, mas é voltado para o desenvolvimento de habilidades gerais para a vida futura e profissional. Na Coreia do Sul o ensino médio é dividido em dois, também: um que compõe as escolas do ensino ocupacional médio superior e outro de formação geral e acadêmica.

Os problemas de fluxo educacional no Ensino Médio são ainda mais dramáticos do que no Ensino Fundamental. No Brasil, as taxas de reprovação, abandono (taxas de rendimento), repetência e evasão (taxas de transição) para a educação média são respectivamente os seguintes: 9%, 15,1%, 19,5% e 8,7%. Caso não se tenha um bom plano de regularização de fluxo educacional para o Ensino Médio, o sistema pode entrar em colapso, dado que a demanda aumenta, com a ampliação do Ensino Fundamental, e os problemas identificados de aprendizado tendem a se acumular.

Outro indicador importante de eficiência do Ensino Médio é a taxa esperada de conclusão. São indicadores de produtividade do sistema que precisam ser melhoradas fortemente, pois envolvem recursos e desperdícios. Hoje, utilizando os mais atuais dados, o Brasil tem taxa de conclusão do Ensino Médio da ordem de 71,9%, com um tempo médio esperado de permanência de 3,2 anos, sendo que o número médio esperado de séries concluídas é de somente 2,4 séries. Os números são evidentes para demonstrar uma baixa produtividade do Ensino Médio no país.

Qual é a situação da qualidade do aprendizado hoje no Ensino Médio? Ela pode ser evidenciada nos indicadores de desempenho dos estudantes, resultantes da análise dos testes de Leitura do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), por exemplo.

Os dados nacionais mais recentes indicam que 39% dos alunos do 3º ano do Ensino Médio estão nos estágios "muito crítico" e "crítico" de desenvolvimento de habilidades e competências em língua portuguesa. São estudantes com dificuldades em leitura e interpretação de textos de gêneros variados. Não são leitores competentes e estão muito aquém do esperado para o final do Ensino Médio. Os denominados "adequados" somam apenas 6%. São os que demonstram habilidades de leitura de textos argumentativos mais complexos. Relacionam tese e argumentos em textos longos, estabelecem relação de causa e consequência, identificam efeitos de ironia ou humor em textos variados, efeitos de sentidos decorrentes do uso de uma palavra, expressão e da pontuação, além de reconhecerem marcas lingüísticas próprias do código de um grupo social.

Entre 1995 e 2003, a média nacional de desempenho em língua portuguesa apresentou quedas constantes, caindo 10% em todo o período. No primeiro ano referido, as cinco regiões brasileiras estavam no estágio "intermediário", segundo a leitura das médias dos estudantes. No último ano pesquisado, Norte e Nordeste caem para o estágio "crítico", justamente as regiões mais pobres do país. As demais estavam próximas do estágio adequado, em 1995, agora ficaram mais próximas do estágio "crítico". Ressalta-se que, hoje, nenhum estado brasileiro apresenta média de desempenho "adequada"; 17 encontram-se no estágio "intermediário" e dez estão no "crítico". Entre 2001 e 2003, houve uma leve melhora nacional, podendo se caracterizar como uma tendência, mas para tanto é preciso aguardar os dados da avaliação de 2005.

A escala de desempenho do Saeb é única para cada disciplina investigada, descrevendo as habilidades e competências desenvolvidas pelos estudantes nas 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio. É possível fazer comparações entre as séries, isto é, avaliar quanto os estudantes agregaram de conhecimento nos três anos de Ensino Médio.

Utilizando os dados nacionais tem-se que cerca de 74% dos alunos apenas consolidaram níveis de habilidades e competências, em leitura, considerados adequados entre a 4ª e 7ª série do Ensino Fundamental e 21% adquiriram somente as habilidades características da 8ª série. Tais números evidenciam que pouco conhecimento foi adicionado após três anos de Ensino Médio, desnudando a falta de eficiência desse nível.

O desempenho considerado adequado para os alunos que estão finalizando o Ensino Médio, em leitura, seria de 350 pontos. A média nacional auferida, em 2003, foi de 266,7 pontos, portanto, muito aquém do que seria esperado. Em matemática, a média mínima adequada seria de 375 pontos, os alunos brasileiros concluintes tiveram média de 278,7 pontos.

Algumas características dos alunos ajudam a entender a gravidade do problema. Os estudantes de desempenho "muito crítico", em sua maioria, 76%, estão matriculados no ensino noturno, 96% em escolas públicas, 48% conciliam trabalho e estudo e 84% têm idade acima da considerada ideal para a série. São filhos de mães com baixa escolaridade. O perfil dos estudantes com desempenho "adequado" é quase o oposto. A maioria, 76%, estuda na rede privada de ensino, 89% freqüentam aulas no período diurno, 87% somente estudam e 84% não apresentam distorção idade-série. São filhos de mães de maior escolaridade, 80% delas têm no mínimo o Ensino Médio. Os dados mostram que o ensino é mais ineficaz justamente para os estudantes mais carentes.

Além dos dados de baixa qualidade e desigualdade, temos hoje cerca de um milhão de estudantes da rede pública abandonando o ano letivo, correspondendo a cerca de 17% dos matriculados; 70% dos que abandonam o Ensino Médio estão matriculados no noturno. Portanto, é preciso enfrentar os graves problemas de qualidade e fluxo.

No Brasil, hoje, temos um enorme contingente de estudantes concluintes do Ensino Médio sem preparo para o trabalho, sem condições concretas para ingressarem de forma competente no Ensino Superior e um enorme desperdício de recursos públicos com a evasão e o abandono.

Os dados sugerem reformulações estruturais para o Ensino Médio. É preciso repensar o conteúdo do que é ensinado, melhorar a capacitação dos professores, valorizando-os como profissionais de fato, além de melhorar o fluxo. Isso não deverá ser feito de forma atabalhoada. São muitas as variáveis a serem consideradas.

O que se sabe é que a demanda por vagas é crescente, há falta de professores, principalmente para algumas disciplinas, e as desigualdades são patentes. As soluções para esse nível

de ensino serão estratégicas para melhorar a qualidade da formação profissional dos jovens brasileiros e ampliar o número de alunos melhor qualificados no Ensino Superior.

Outra dimensão que deve estar no centro das preocupações nacionais de educação é a necessidade de expansão do ensino técnico e tecnológico. É preciso aumentar a oferta, cuidar da qualidade e da flexibilidade dos cursos técnicos em função do mercado de trabalho e das vocações de cada localidade com eixos econômicos.

É preciso fazer parcerias com as empresas do setor produtivo e mesmo com todos os segmentos do mercado. Esta aproximação permitirá haver uma maior interação entre os cursos e os caminhos do mercado, conformando melhor formação e aumento de empregabilidade dos estudantes no futuro.

Especialistas, ainda, sugerem não vincular ensino técnico ao ensino puramente acadêmico ou de formação geral. As experiências anteriores no Brasil, como de resto em diversos países do mundo, mostram que a tentativa de combinar, em uma mesma escola, as duas modalidades de ensino redundou em fracasso, com poucos êxitos.

Essa situação se verificou com a adoção do modelo unificado no Brasil, a partir de 1971, pelo qual as escolas públicas (as particulares conseguiram burlar a lei) se viram obrigadas a oferecer o ensino acadêmico e o profissionalizante. Os resultados foram bastante negativos e em meados da década de 1980 o modelo foi abandonado. Carente de recursos humanos e de equipamentos adequados às escolas média-profissionalizantes acabavam por oferecer um acadêmico frágil e um profissionalizante decepcionante. Ou esqueciam o profissionalizante e fortaleciam o acadêmico, atraindo a classe média alta e expulsando os que realmente estavam interessados em serem profissionais técnicos, como foi o caso da maioria dos Centros Federais de Educação Tecnológica.

É mais apropriado desenvolver instituições cuja vocação seja somente para o ensino técnico. O Ensino Médio geral deve ser oferecido nas escolas de Ensino Médio. O ideal é que se busque aproximar o perfil das escolas e o que elas irão oferecer em função das necessidades de cada localidade, deve-se oferecer cursos úteis ao desenvolvimento das vocações econômicas do estado/região.

O poder público, ainda, deve se preocupar com o credenciamento das instituições particulares. Porém, isso não pode ser feito apenas de forma cartorial. É preciso avaliar os cursos e também a trajetória de seus egressos, como forma de medir a qualidade do que é oferecido. Feito isto, pode-se inclusive comprar vagas nas escolas técnicas particulares.

Deve-se, contudo, pensar em adotar dois percursos na educação de nível médio. Os alunos fariam um ciclo comum, de um ou dois anos, com formação geral para todos. Depois poderiam optar por um ciclo de um ou dois anos, com dois itinerários possíveis: humanístico e

científico ou tecnológico vocacional. Este último não é profissionalizante, mas deve oportunizar aos estudantes maior conhecimento da realidade econômica de seu município, de sua região e de seu estado, buscar conhecer melhor cada ramo de atividades profissional e ainda buscar um conhecimento de suas aptidões e habilidades.

Uma reorientação curricular e de abordagem dos diversos componentes curriculares é essencial. Deve-se buscar minimizar os efeitos enciclopédicos dos currículos de Ensino Médio, onde se pretende ensinar demais e o resultado é que se aprende de menos. Uma forma de mudar a abordagem é introduzir no cotidiano da escola um Ensino Médio voltado mais para as necessidades da vida prática dos estudantes. Um bom referencial é adotar de forma mais consequente os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Médio.

Combater as altas taxas de repetência. A melhoria da qualidade do Ensino Fundamental pode ajudar na queda da repetência. Também para o Ensino Médio, as taxas representam uma enorme ineficiência e desperdício de recursos. Pode-se pensar num ciclo ou no sistema seriado, mas com apoio aos alunos para evitar a repetência.

Para oferta de Ensino Superior pode-se pensar na associação entre o estado e os municípios, em conjunto com o setor privado, para criar instituições regionalizadas de formação de recursos humanos em tecnologia. Seriam uma espécie de Junior College, com perfil institucional e de oferta adequados às necessidades do desenvolvimento econômico do Estado e de cada localidade. Este poderia ser uma boa saída para o ensino tecnológico.

Conclusão

Nosso grande problema está, justamente, em extrair deste processo de globalização desumano e hostil suas possibilidades libertárias, e elas estão hoje, como sempre estiveram, ao lado da compreensão de que toda revolução é um flerte com o humanismo. Urge, portanto, humanizar a cultura, posto que ela foi dominada pelo capital e subordinada a seus fins.

Ora, a escola e os processos que a envolvem, a educação é o lócus mais propício a esta luta por resgatar a cultura para seus propósitos efetivamente humanos; o ambiente a partir do qual se vai construir não a sociedade redimida, "de uma vez por todas", mas um humanismo de nova natureza, que nos abrigue a todos, em um projeto de desenvolvimento inclusivo, que não apenas respeita a natureza, mas que a compreende como o outro do homem e, portanto, natureza humanizada e não um suporte para o domínio invasivo e destrutivo.

No sentido em que tomamos a questão, portanto, a luta pela educação de qualidade e gerida democraticamente não é mais um dos temas de um amplo debate envolvendo a contem-

poraneidade. A educação é o vetor que nos guia para fora de um mundo que constrói a riqueza material vitimando nossa humanidade.

Diante disso, o PSB terá que adotar iniciativas concretas, entre as quais ressaltamos as seguintes:

- a) articular o partido para que organize, em todos os municípios e estados, grupos de trabalho que promovam o debate sobre o tema e atuem junto às secretarias municipais e estaduais de educação e as escolas para a implementação das reformas previstas e possíveis;
- b) articular suas representações parlamentares municipais e estaduais para que, de forma coletiva e em conjunto com os partidos que formam o bloco de esquerda, sejam implementadas as reformas previstas em lei e sejam elaboradas outras que concretizem as propostas que estão em discussão;
- c) articular a representação parlamentar nacional para que atue de forma coletiva priorizando a política educacional, lidere o bloco de esquerda para atuar junto no Legislativo para concretizar tanto o Plano Nacional de Educação como o Plano de Desenvolvimento da Educação, a exemplo da proposta defendida pelo deputado Rogério Marinho de urgente aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 66/2007, que prevê paulatinamente o fim da Desvinculação dos Recursos da União (DRU) sobre o orçamento do Ministério da Educação;
- d) articular as entidades e organizações da sociedade civil que lutam pela qualidade da educação, como sindicatos e associações de pais, para juntarem-se nesse esforço político e parlamentar, e, assim, pressionar o Executivo para realizar o que foi legislado e programado.

É fundamental compreender a questão educacional como parte de um projeto civilizatório de nação e, sendo este um compromisso histórico do Partido Socialista Brasileiro. É urgente partir para o enfrentamento das contradições que impedem a redução da desigualdade histórica e cultural em nossa sociedade, expondo sua diversidade enriquecedora, mobilizando as vanguardas intelectuais de toda a sociedade civil e todos os níveis de poder, a partir da defesa de uma bandeira política, como uma ação programática do partido, propondo um novo pacto federativo que reduza as desigualdades à luz da equidade, um novo projeto político-pedagógico para o Brasil, e realizar amplo debate nacional.

A história nos revela que nunca houve no Brasil um projeto de Estado para a educação que levasse em conta uma mudança imperiosa de paradigma, simultaneamente, econômico e

educacional; lacuna que nos tem desviado do objetivo maior de transformação da sociedade a partir daquilo que a educação oferece de mais fundamental e precioso: a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral do ser humano.

É importante repetir que, no entender do PSB, a educação não pode ser um projeto de governo ou um projeto de partido, mas um projeto da sociedade, um projeto de nação.

É imprescindível questionar os princípios que regem os processos formativos em nossa sociedade, à luz da igualdade de condições e oportunidades, respeito à liberdade, pluralismo de idéias e concepções, universalização do Ensino Fundamental e Médio, valorização da escola e resgate moral do papel do professor, gestão democrática, supremacia da ética no convívio social, garantia de qualidade e vinculação da escola ao mundo do trabalho, da ciência, da cultura e da vida social.

Por fim, entendemos que a construção de um estilo de vida urbano moderno na sociedade brasileira, pela prática de um novo projeto político-pedagógico, ainda é uma história a ser escrita a muitas cabeças e mãos, para que superemos a peculiaridade atual das práticas urbanas e resgatemos o indispensável papel da Educação dentro delas.

Referências

- ABRAHÃO, Jorge. Financiamento e Gasto Público da Educação Básica no Brasil e Comparações Com Alguns Países da OCDE e América Latina. ARTIGO EM FORMA ELETRÔNICA. Ver: <http://www.scielo.br>
- ARAÚJO, Carlos Henrique e LUZIO, Nildo. *Educação: uma aposta no futuro*, Brasília: União Européia, Oxfam e Missão Criança, 2006.
- ARAÚJO, Carlos Henrique "Salto Educacional – Estratégias Bem Sucedidas". In: MACROPLAN/ONG. ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO – "Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2025". V. 04 – Análise Comparativa Internacional e com outras unidades de Federação, cap. 3, 2006. Disponível em www.espiritosanto2025.com.br
- ARAÚJO, Carlos Henrique e LUZIO, Nildo. *Avaliação da Educação Básica: em busca da qualidade e equidade no Brasil*. Brasília: Inep, 2005.
- BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. *Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientação para a Inclusão da Criança de Seis Anos de Idade*. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.
- BROCK, Colin e SCHWARTZMAN, Simon. *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

- CASTRO, Cláudio Moura. *Crônicas de uma educação vacilante*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.
- _____. *Educação brasileira: concertos e remendos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- CAVALCANTI, Roberto e REIS VELLOSO, João Paulo dos. *Novo modelo de educação para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2004.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988
- CUNHA, Célio da e WERTHEIN, Jorge (org.). *Educação e Conhecimento*. Brasília: Unesco, 2004.
- CASASSUS, Juan. *A Escola e a desigualdade*. Brasília: Editora Plano, 2002.
- FERNANDO, Reynaldo. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.
- FERRER, Alejandro Tiani. Espanha. In: CUNHA, Célio da e WERTHEIN, Jorge (org.). *Educação e Conhecimento*. Brasília: Unesco, 2004.
- FILMUS, Daniel. *Ensino Médio: cada vez mais necessário, cada vez mais insuficiente*. Brasília: Unesco/Semtec/MEC, 2002.
- GIAMBIAGI, Fábio e VILLELA, André. *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.
- LEI DE DIRETRIZES E BASES A EDUCAÇÃO NACIONAL. Brasília: Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações, 3^a Edição, 2003. (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996)
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. Ensino Fundamental de Nove Anos: Recomendações Gerais. Brasília: julho/2004
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS DA REPÚBLICA DA CORÉIA. *Educação na Coreia – 2003/2004*. Tradução e publicação da Univercidade, Rio de Janeiro, 2004.
- MORDUCHOWICZ, Alejandro. *Eqüidade e financiamento na educação*. Brasília: Unesco, 2002.
- OCDE. *Aprendendo para o mundo de amanhã: primeiros resultados do PISA 2003*. São Paulo: Editora Moderna, 2005.
- OLIVEIRA, João Batista Araújo e SCWARTZMAN, Simon. *A escola vista por dentro*. Belo Horizonte: Alfa Educativa Editora, 2002.
- _____. *Alfabetização de crianças e adultos: novos parâmetros*, Belo Horizonte: Alfa Educativa, 2004.
- _____. *Reforma da Educação: Por onde começar?* Belo Horizonte: Instituto Alfa e Beto, 2006.
- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Aprovado pela Lei nº 10.172/2001)

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Conforme disposto no sítio do Ministério da Educação:

ROCHE, Richard. "Irlanda". In: CUNHA, Célio da e WERTHEIN, Jorge (org.). *Educação e Conhecimento*. Brasília: Unesco, 2004.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO ESPÍRITO SANTO. *Sumário Executivo do Programa de Avaliação da Educação Básica (Paebes) 2004*. Vitória, Seduc, 2005.

UNICEF. *Situação da Infância Brasileira: 2006*. Brasília: Unicef, 2005.

YUN-KIUNG-CHA. "Coréia do Sul". in: CUNHA, Célio da e WERTHEIN, Jorge (org.). *Educação e Conhecimento*. Brasília: Unesco, 2004.

VÄLIJÄRI, Jouni. "Finlândia". In: CUNHA, Célio da e WERTHEIN, Jorge (org.). *Educação e Conhecimento*. Brasília, Unesco, 2004.

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=593&Itemid=910&systemas=1>

W
**UMA PROPOSTA PARA
A SAÚDE NO BRASIL**

GRUPO DE TRABALHO

Luciano Ducci

Coordenador

Arnaldo Agenor Bertone

Jorge Alberto Duarte Grio

Joselino Francisco Meneses

Neilton Araújo de Oliveira

3. UMA PROPOSTA PARA A SAÚDE NO BRASIL

Apresentação

Este é um esboço preliminar, contendo algumas linhas, princípios e delineamento inicial de algumas propostas para a área da Saúde no Brasil, apresentado pelo grupo de trabalho da Saúde, da Fundação João Mangabeira.

Este documento também poderá ser utilizado para subsidiar discussões tanto no âmbito do partido, entre seus militantes, como para apoiar e qualificar a participação dos membros do partido nas Conferências de Saúde, em suas etapas municipal, estadual e nacional, que se realizarão durante este ano de 2007¹. Por isso, propositadamente, sua linguagem é acessível, ainda que trate de temas tão importantes e complexos.

Contém as principais diretrizes do PSB para a área da Saúde Pública, sem deixar de considerar as interfaces com as demais políticas públicas e nem a dimensão continental do país e sua diversidade socioeconômica e cultural.

Introdução

A história da construção do atendimento às necessidades de saúde da população brasileira vem se realizando no contexto nacional desde a chegada de Pedro Álvares Cabral.

Já estavam aqui, neste imenso território, centenas de nações e agrupamentos humanos que detinham um saber milenar a respeito da atividade física e higiene pessoal, e da utilização de recursos naturais como árvores, frutos, ervas, raízes e poções, tanto para uma alimentação saudável como para o tratamento de seus sintomas de adoecimento. Um conhecimento inicialmente desprezado pela ciência, mas lenta e parcialmente incorporado aos costumes dos habitantes do

¹ O calendário previsto para a realização dessas etapas é: municipal, entre 1º de abril e 5 de agosto; estadual e Distrito Federal, entre 15 de agosto e 15 de outubro; nacional, no período de 14 a 18 de novembro de 2007. Será a 13ª Conferência Nacional de Saúde, com o tema central "Saúde e Qualidade de Vida: Políticas de Estado e Desenvolvimento"

país em formação e que até hoje fazem parte do nosso dia-a-dia, como, por exemplo, o costume do banho diário, e o uso nacional da mandioca, do milho e das centenas de tipos de ervas e chás que se multiplicam pelo país.

Conquistado, colonizado, habitado por índios, europeus, africanos e asiáticos, promovemos uma mistura de raças e culturas inédita no planeta.

Seguindo modelos europeus de organização social, econômica e política, nos tornamos, depois de sermos colônia de Portugal e sede do império, um país independente, onde foi proclamada a República. Nossa primeira Carta republicana seguiu o modelo da Constituição dos Estados Unidos da América.

E hoje, o Brasil, nação habitada pelo povo brasileiro, tem sob sua guarda um território composto por 8.547.403 km², onde se organizam politicamente o Distrito Federal e 26 estados federados que contêm 5.565 municípios, com seus 189.301.011² moradores. A sede de seu governo está em Brasília, capital planejada e plantada no coração do país no início dos anos 1960.

Tanto nosso território está repleto de riquezas imensas, quanto nosso povo foi e continua sendo capaz de produzir riquezas culturais que encantam o mundo, a exemplo da arte, música, dança, arquitetura, esporte e literatura, bem como de contribuir com a produção científica e técnica nacional e internacionalmente. Há décadas o Brasil exporta cérebros, que, após se formarem, buscam em outros países condições financeiras mais favoráveis para pesquisa e produção científica, ainda não disponibilizadas a contento por aqui.

Formatado durante o desenvolvimento e expansão mundial do capitalismo, o país está inserido em um sistema internacional de relações (de poder político, econômico, cultural, comercial e financeiro) desiguais entre países, o que também se reproduz internamente, com distribuição desigual de terras, renda, trabalho, habitação, educação e saúde. Profundas injustiças que marcam o dia-a-dia das manchetes dos jornais em que se refletem a paulatina perda da coesão social, a insegurança generalizada, o crescimento da violência, o descrédito nos poderes públicos, o sofrimento e a desesperança de grande parcela da população.

Portanto, há questões e problemas sociais, econômicos, políticos e culturais que vêm se consolidando ao longo de nossos quinhentos e sete anos de existência e que exigem análise profunda e busca incansável de soluções. É preciso apontar que toda e qualquer situação histórica pode ser alterada pela ação política e consciente dos cidadãos por meio de sua organização em instituições socioculturais e através da adequada escolha de seus representantes legais nos três poderes nacionais, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

2 Segundo estimativa do IBGE para 18/07/2007.

E é nesse sentido que o PSB, neste importante momento nacional, em que a população mostra-se descrente na atuação de seus representantes políticos, vem formular e propor, para ampla discussão e aperfeiçoamento, suas teses para a retomada do processo de desenvolvimento da nação brasileira.

Queremos ser um partido aberto às mudanças necessárias para acompanhar o desenvolvimento da tecnologia e da ciência, da cultura e das novas formas de comunicação, sem, no entanto, abrimos mão do que tradicionalmente nos marca, como uma política comprometida com a liberdade, a democracia, a ampla inclusão e uma distribuição mais justa das riquezas nacionais.

Com profundas raízes históricas de luta, quer o PSB reafirmar uma linha de trabalho de total respeito ao povo brasileiro, o que o leva, já de partida, a um comprometimento inequívoco com a ética social e partidária, o que vem mantendo nestes 60 anos de existência.

Análise de Conjuntura

Aqui vamos nos ater à análise específica do setor Saúde, em três aspectos fundamentais e complementares. Um deles será uma visão global da situação sanitária da população, apresentando alguns índices globais, outro visará a organização do sistema público nacional de serviços de saúde para enfrentamento de situações e problemas específicos no país. Um terceiro trará resumidamente as questões relacionadas à precariedade do financiamento para que se alcance um sistema público de saúde universalizado e mais equânime, realmente voltado às necessidades das populações locais.

Ao longo das últimas décadas, a população brasileira evoluiu de forma desigual suas condições de vida e saúde, mas, apesar dessa desigualdade, alguns indicadores mostram que, de forma geral, conseguimos avanços significativos. Luz elétrica, água tratada e esgoto, vacinas e atendimento a gestantes e recém-nascidos fizeram cair a mortalidade infantil no país³. Em 2000, o índice registrado foi de 26,8; em 2003, de 23,6 (sendo para a região Norte – 26,2, Nordeste – 35,5, Sudeste – 15,6, Sul – 15,8, Centro-Oeste – 18,7) e, em 2004, tivemos nova redução, atingindo 22,5 óbitos por mil crianças nascidas vivas⁴. Uma importante queda. Mas, para se ter uma idéia de quanto ainda precisamos avançar é só comparar com índices de alguns países da América Latina, países europeus, Japão ou EUA. Assim, para o ano de 2005⁵, o Uruguai teve indicador de 11,95 por mil; o Chile 8,80 por mil; Cuba – 6,33; Portugal – 5,05; Dinamarca – 4,56; EUA – 6,50; Japão – 3,26; Suécia – 2,77.

3 Mortalidade infantil – número de óbitos de crianças menores de um ano de idade por mil nascidos vivos.

4 Fonte – Ministério da Saúde,

5 Fonte – internet – Google/wikipedia/"the world factbook"/2005

Nos últimos anos, temos também altas coberturas vacinais em todo o país, o que mostra um grande esforço para melhorar a proteção e a prevenção de doenças que podem ser evitadas por meio da vacinação.

No entanto, é preciso assinalar que, em 2005, os menores de um ano representaram 19,5% do total das internações no país por doenças infecciosas e parasitárias⁶. Nas internações por causas ligadas ao aparelho respiratório, 34,3% foram de crianças dessa mesma faixa etária⁷, demonstrando que muito ainda deve ser feito, não apenas na atenção via serviços de saúde, mas, de uma forma mais ampla, na distribuição da renda e na melhoria das condições de saneamento básico, coleta e destino do lixo, e extensão das redes de água tratada por todo o território nacional.

Outro dado preocupante refere-se à idade precoce de mais de 20% das gestantes no país (entre 10 e 19 anos)⁸, mostrando que grande número de adolescentes torna-se mãe, abdicando muito cedo dos estudos e das possíveis oportunidades de capacitação para um trabalho melhor remunerado.

Quanto às três principais causas de morte incluindo todas as faixas etárias, em 2004, temos os óbitos por doenças do aparelho circulatório – 31,8%; por neoplasias – 15,7%; por causas externas – 14,2%. As duas primeiras refletem estilo de vida urbano e sedentário; e é preciso dar destaque para as causas externas, que incluem as mortes por agressão/homicídios e acidentes de transporte – mortes evitáveis e que ceifam vidas jovens em pleno poder produtivo. Os homicídios no país atingem 27 vítimas a cada 100 mil habitantes, contra 8 nos EUA, 3 na Europa e apenas 1 no Japão.

A proporção dobra para a população masculina (54 mortes por 100 mil habitantes), e sobe para 100 vítimas a cada 100 mil habitantes se o universo considerado é o de homens jovens, entre 15 e 24 anos. Quando o foco são algumas comunidades pobres do Rio de Janeiro, os números assustam ainda mais: 240 vítimas por 100 mil habitantes.

Com relação especificamente às mulheres o câncer de mama e o câncer de colo do útero são causas de morte importantes que podem ser combatidas com diagnóstico precoce e tratamento adequado.

Para o enfrentamento dos problemas, há um esforço que vem sendo desenvolvido pelo país na área da saúde, nos últimos 25 anos, e que resultou na criação de um sistema nacional – o Sistema Único de Saúde (SUS) – público, participativo, pactuado – voltado à equidade, melhoria da qualidade de vida e construção da cidadania de cada brasileiro.

6 Nas faixas seguintes: 1 a 4 anos – 26,2%; 5 a 9 – 17,9% e 10 a 14 – 13,6% (www.saude.gov.br).

7 Nas faixas seguintes: 1 a 4 anos – 43,12%; 5 a 9 – 29,2% e 10 a 14 – 16,6% (www.saude.gov.br).

8 Em 2002 – 22,7%; em 2003 – 22,2%; em 2004 – 21,9%; mostrando uma ligeira queda (www.saude.gov.br).

O SUS, buscando a universalização e a descentralização (apesar de que muito ainda deve ser melhorado), permitiu grande expansão da atenção básica por todo o território nacional, incluindo vasto contingente de populações anteriormente excluídas, principalmente por meio das estratégias de Saúde da Família e dos Agentes Comunitários de Saúde. Implementou os programas de imunização, saúde mental, atenção à Aids, saúde bucal, atenção às gestantes e recém-nascidos, atenção aos idosos, e aumentou a qualificação técnica de profissionais e de gestores.

Alguns dados de produção do SUS (2006) testemunham o resultado da atuação incessante de milhares de trabalhadores e gestores dos serviços no país:⁹

- 1,3 bilhão de atendimentos básicos
- 1,2 bilhão de procedimentos especializados
- 600 milhões de consultas
- 212 milhões de ações odontológicas
- 360 milhões de exames
- 11 milhões de ultra-sonografias
- 11,8 milhões de internações
- 3,1 milhões de cirurgias, sendo 141 mil cardíacas
- 150 milhões de vacinas
- 12 mil transplantes
- 1,3 milhão de tomografias
- 23 milhões de ações de vigilância sanitária

O SUS baseia-se em um pacto federativo que descentralizou o exercício do poder de gestão para estados e municípios, e convocou a participação da população para o acompanhamento e controle do funcionamento do sistema. Os Conselhos e Conferências de Saúde são compostos por todos os segmentos envolvidos com o SUS, sendo 50% das vagas ocupadas pelos usuários.¹⁰ A criação de colegiados como as Comissões Intergestores Bipartites, nos estados, com representação de municípios e estado, e a Tripartite, nacional, com representantes das três esferas de governo, assegura os espaços necessários às discussões, pactuações e relações de cooperação entre os gestores públicos. No entanto, ainda persistem: a diversidade do perfil epidemiológico dos municípios brasileiros, as desigualdades em saúde. Cerca de 90% dos municípios têm menos de 50 mil habitantes, 48%, menos de 10 mil, com precárias condições de organização, dificultando a participação efetiva no SUS.

⁹ In: Nelson Rodrigues dos Santos, 2007, apost.

¹⁰ Os outros 50% estão destinados da seguinte forma: 25% para profissionais da saúde e 25% para gestores e prestadores de serviços contratados pelo SUS.

O Ministério da Saúde, com amplo consenso¹¹, propôs a reordenação e a consolidação do SUS, convocando o país a assumir um compromisso com a defesa da vida e do próprio SUS – o Pacto pela Saúde. As Diretrizes do Pacto pela Saúde (Port./GM n° 399, 22/02/2006) – desdobram-se em três vertentes: Pacto pela Vida, Pacto em Defesa do SUS, Pacto de Gestão. Dimensões a serem assumidas nacionalmente por intermédio de uma pactuação responsável entre as três esferas de governo – municípios, estados e federação. Mais compromisso, mais solidariedade, mais cooperação – solidificados por meio dos Termos de Compromisso de Gestão (assinados entre municípios, estados e União) resultarão diretamente em mais saúde para a população usuária do SUS.

A questão do financiamento em saúde

O "gasto"¹² público em saúde no Brasil gira em torno de 150 a 200 dólares por habitante/ano¹³. Esse valor equivale a cerca de 3,4% do produto interno bruto (PIB – que é a soma de toda a riqueza produzida no país em um ano) e corresponde a 45% do "gasto" total em saúde – os outros 55% correspondem aos valores do setor privado.

Comparando-se dados internacionais, constatamos que o Brasil é um dos que menos *investe* em saúde. Os valores da Argentina, Uruguai, Costa Rica e Panamá correspondem ao dobro do Brasil, e seus sistemas de saúde não são universalizados como o nosso. Canadá, países europeus, Japão, Austrália e outros, cuja média é de 1.400 dólares públicos por habitante/ano, estão investindo quase 90% mais, o que representa entre 6% e 8% de seus PIBs. Perto de 70% dos gastos totais de seus países são com serviços públicos de saúde, sendo apenas 30% com privados.

Fica evidente que o financiamento atual não é suficiente para manter em funcionamento um sistema complexo como o brasileiro. Os municípios assumiram, além da atenção básica, cada vez mais responsabilidades, como as vigilâncias epidemiológica e sanitária, a gestão de serviços de média e alta complexidade, as centrais de consultas e leitos hospitalares, a auditoria, a urgência e emergência. Mas os repasses financeiros não foram suficientes nem para a implementação de seus quadros de pessoal (em quantidade e qualidade), nem para avançarem no modelo de assistência, modernizando processos e melhorando a qualidade do atendimento.

11 Com ampla participação de técnicos e direção de várias áreas do Ministério da Saúde, Conasems e Conass, e aprovado na CIT e no Conselho Nacional de Saúde.

12 Queremos contestar a idéia corrente de que o setor de saúde significa apenas *gasto* para os governos. Ao contrário, há muito *investimento* nessa área, com produção de riqueza, empregos, importação e exportação, comércio, indústria, transporte. E, além disso, quando se mantém a população mais saudável, toda a sociedade se beneficia – famílias mais estáveis, menos faltas ao trabalho, mais produtividade.

13 Valores de junho/05, segundo trabalho do Conasems, 2005.

Os recursos destinados à atenção básica ainda não são suficientes para que se torne a porta preferencial de entrada no sistema de saúde em todo o país. Para alguns procedimentos realizados em especialidades ou em hospitais, os valores da remuneração do SUS não cobrem os custos, gerando desassistência e demanda reprimida. Estima-se que mais de 75% da população dependam exclusivamente do SUS, e os 25% que têm planos de saúde acabam a ele recorrendo para vacinas, vigilância epidemiológica e sanitária, exames, terapias e tratamentos mais caros, transplantes, terapia renal substitutiva, tratamento de HIV/Aids, medicamentos de alto custo etc.

Uma questão importante hoje é a chamada “judicialização” da saúde. Pacientes têm, cada vez mais, entrado na Justiça para garantir certos tratamentos e medicamentos que não estão previstos pelos protocolos do SUS. Remédios novos, ainda em fase de pesquisa, mas que são de interesse dos fabricantes, acabam sendo indicados pelos médicos, influenciados pela propaganda. Estudos na França, Estados Unidos e Brasil vêm demonstrando que apenas 3% dos novos medicamentos trazem reais inovações terapêuticas. Como grandes somas do SUS são direcionadas para caros procedimentos, o Ministério da Saúde junto ao Ministério Público, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Ordem dos Advogados do Brasil, entre outros, estão buscando soluções que deverão ser normatizadas por meio de leis. Há que se considerar direitos do conjunto da população, suas necessidades mais urgentes e a distribuição mais eqüitativa dos recursos públicos que são limitados. Para resolver essa situação gerada pela falta de um marco normativo, faz-se urgente a aprovação pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei n. 219/2007, de autoria do senador Tião Viana, que propõe a regulamentação do acesso aos medicamentos de dispensação excepcional.

O grave subfinanciamento do SUS¹⁴ está ligado à não-normalização de suas fontes, desde a promulgação da Constituição Federal/1988, quando ficou indicado o financiamento mínimo de 30% do Orçamento da Seguridade Social, fato revertido pela área econômica do governo em 1990, que nem implementou a Seguridade Social no país. A CPMF, que foi aprovada para o SUS, acabou sendo utilizada para outros fins. A esfera federal se desobrigou da contrapartida percentual sobre seu orçamento, o que para os estados está estipulado em 12% e para os municípios 15% no mínimo – valores acordados nas negociações pela aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 29/2000, até o momento não regulamentada pelo Congresso Nacional.

Entre 1995 e 2004, o percentual de participação federal no financiamento do SUS caiu de 63,8% para 49,6%,¹⁵ enquanto a contrapartida estadual e municipal cresceu de 39,3% para 50,4%. No período 1995-2005 os efetivos federais se reduziram de 85,7 dólares per capita

14 SANTOS, Nelson Rodrigues dos, in: Regulamentar a EC nº 29, avançar o modelo de gestão e realizar a universalidade com integralidade, eqüidade e participação, Campinas, 2007, apost.

15 Idem.

para 77,4 dólares, enquanto a soma das contrapartidas estaduais e municipais cresceu de 44,1 para 75,5 dólares per capita, entre 2000 e 2005.

Há problemas também nas relações de trabalho, com formas de contratação inadequadas, baixos salários, formação e capacitação deficitárias, o que provoca rotatividade de pessoal, baixa adesão às propostas e descompromisso profissional. Por sua vez, secretarias de Saúde desviam demanda para municípios vizinhos na tentativa de baixar os custos. E, injustamente, onera-se o SUS incluindo nos fundos de saúde despesas como o bolsa-família, saneamento básico, alimentação, planos privados de servidores, pagamento de inativos e outros...

Enfim, é preciso que os problemas de financiamento sejam analisados e superados para que as crises não se avolumem colocando em risco até mesmo a continuidade do SUS.

Propostas do PSB para a saúde

Em primeiro lugar, é necessário *reafirmar princípios* que norteiam posturas, ações e atividades do Partido Socialista Brasileiro, que tem por tradição participar das principais lutas pela democracia, liberdade e manutenção da vida com qualidade para a população brasileira.

Em segundo lugar, *reafirmar compromissos* com a luta e pela continuidade do processo da Reforma Sanitária no Brasil, cujo maior desafio e vitória foi consolidar, pela letra viva da Constituição Federal de 1988, os princípios de universalização da atenção com qualidade e equidade, e assegurar a participação dos cidadãos brasileiros na construção do Sistema Nacional de Saúde – o SUS.

Conseqüentemente, *reafirmar compromissos* com o Sistema Único de Saúde, construído e implementado a partir de então, com muita determinação de praticamente todos os atores envolvidos – gestores nos três níveis de governo, técnicos, trabalhadores da saúde, universidades, sociedades científicas e profissionais, juristas, legisladores.

Enraizar cada vez mais fortemente as bases do SUS é um imperativo para que ele possa continuar a desdobrar suas diretrizes e objetivos beneficiando o conjunto da população brasileira, desde as grandes regiões metropolitanas até os rincões mais longínquos onde estão populações dispersas por territórios de difícil acesso.

Tão grande diversidade exige flexibilidade por parte dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, porque indica diferenças extremas de capacidade e de recursos para enfrentamento e resolução dos problemas nos estados e municípios do país. E essas diferenças não podem ser esquecidas. Pelo contrário, precisam estar sempre presentes para que não se caia no erro de propor o que não poderá ser executado.

Firmes posturas partidárias de defesa e de confirmação da consolidação da Reforma Sanitária Brasileira, e pela implementação de um Sistema de Saúde público e nacional – que trate com respeito e dignidade a todos os cidadãos – marcarão a política conseqüente do PSB.

O cuidado com o bem público, a utilização bem direcionada dos recursos, o compartilhamento de poderes e saberes com a população e demais setores sociais são premissas inadiáveis.

O respeito à heterogeneidade existente no país, marcado por profundas desigualdades econômicas e sociais exige análise, reflexão, planejamento e superação de problemas de forma mais coletiva.

Respeitando as diretrizes constitucionais aponta-se para a necessária coresponsabilidade de todos os entes federados para com a preservação da saúde da população, sua qualidade de vida e bem-estar individual e coletivo.

I – Convocar militantes e simpatizantes de todo país a atuarem na efetivação de uma sociedade mais democrática, igualitária, com maior participação de seus cidadãos na construção coletiva rumo ao socialismo.

II – Dar continuidade à construção do Sistema Nacional de Saúde – entendida Saúde como resultado de vida vivida com qualidade, estimulando as ações intersetoriais e multiprofissionais.

III – Reforçar o SUS – participação efetiva do PSB na luta pela sua continuidade e implementação; pela regulação urgente do financiamento; pela melhoria do planejamento/programação, dos sistemas de informação e informatização, da comunicação, da formação/qualificação de quadros de gestores e profissionais de saúde, da educação permanente, da educação em saúde com vistas à participação qualificada de conselheiros e da população. Qualidade para todos os processos.

A utilização do conceito ampliado de saúde como qualidade de vida¹⁶ traz para o PSB a importância da atuação intersetorial e multiprofissional – e o compromisso com a realização de parcerias e trabalho integrado com demais áreas como Educação, Esporte, Meio Ambiente, Ação Social, Urbanismo, Lazer, Segurança, Trabalho e Emprego, e demais setores – governamentais, privados, terceiro setor/ONGs, sociedades científicas, universidades e associações profissionais.

¹⁶ Resultado de múltiplas determinações sociais/econômicas/culturais, como – habitação digna, saneamento e destino adequado do lixo, meio ambiente preservado, educação/ciência/tecnologia com excelência, alimentação saudável e atividade física/esportes, trabalho/salários equiparados à remuneração em outros países em processo de desenvolvimento, lazer seguro, arte/cultura e valores sociais e éticos preservados, informação/participação ampliada, direito à paz e ao exercício de cidadania plena.

Atuar fortemente na organização nacional, estadual e municipal do sistema e dos serviços de saúde, para melhoria do acesso, resolutividade, qualidade e humanização do atendimento em todas as unidades, a partir dos postos de atenção primária até as unidades hospitalares.

A centralidade na atenção básica busca interferir num modelo tradicionalmente baseado na atenção hospitalar e volta-se para a organização das ações de promoção/prevenção e o atendimento prestado através da rede de unidades básicas de saúde, com a expansão das estratégias de Saúde da Família e dos Agentes Comunitários de Saúde.

A realização de estudos sobre as condições de vida e saúde das populações locais vai permitir conhecer quais são suas necessidades. E a partir daí promover ações de proteção, promoção, atenção e recuperação da saúde. Melhora urgente da qualidade dos serviços oferecidos.

IV – Financiamento – ter como meta elevar o gasto público com a saúde de 3,2% para 5% do PIB, sendo essa uma das condições necessárias para a consolidação das políticas de saúde.

- aprovação do projeto de lei que regulamenta a Emenda Constitucional nº 29/2000; aprovação do substitutivo “Guilherme Menezes” do PLP nº 01/2003, elevando os gastos públicos para cerca de 4% do PIB ao definir *gastos em saúde* – e estabelecer patamar de 10% das receitas da União para a saúde¹⁷
- articulação com os parlamentares favoráveis ao SUS
- articulação com o movimento de prefeitos mais sensibilizados
- articulação com os quadros técnicos/dirigentes do Ministério da Saúde
- informar amplamente a sociedade sobre o financiamento do SUS no Brasil e nos países em desenvolvimento e emergentes, com o objetivo de aglutinar aliados
- propor e apoiar a realização de estudos sobre a situação financeira de sistemas locais de saúde, mostrando diferenças regionais e contribuindo para reduzir distorçõesV – Atuar a favor de uma política conseqüente com relação à Tecnologia em Saúde – incorporação crítica, pesquisa, medicamentos, equipamentos (área de atuação intensiva do capital nacional e internacional)
- apoiar os processos de quebra de patentes quando for necessário para preservar direitos à saúde e à vida de populações em situações especiais de carência nacional e internacionalmente.

¹⁷ Estimativa para 2007 – sem DRU e sem contingenciamento – os 10% da receita federal bruta para a saúde – perto de R\$ 65,24 bilhões – R\$ 19,5 bilhões a mais que os R\$ 45,80 bilhões aprovados no orçamento de 2007.

VI – Produzir Informação/Comunicação/Divulgação – estratégias para que o partido alcance os objetivos traçados para os demais eixos/dimensões. Utilizar linguagem adequada ao público-alvo.

VII – Investir na melhoria da Educação para a Saúde – formação: graduação e pós-graduação; capacitação de gestores e profissionais dos serviços; educação em saúde/educação popular. Levar em consideração sempre as diferenças e especificidades regionais.

VIII – Fortalecer todas as formas de participação, mobilização e controle social – reafirmando os princípios democráticos de igualdade, eqüidade, acesso...

- ocupar espaços nas instituições de controle social – conselhos e conferências;
- participar das Conferências de Saúde municipais e estaduais, defendendo as propostas do partido;
- capacitar política e tecnicamente os militantes e simpatizantes;
- capacitar conselheiros de saúde e organizações comunitária.

Sites indicados para informações adicionais sobre Saúde e o SUS

MS – www.saude.gov.br; www.saude.gov.br/sas; www.saude.gov.br/bvs

ENSP/Fiocruz – www.fiocruz.br

Conass – www.conass.org.br

Conasems – www.conasems.org.br

CNS – www.conselho.saude.gov.br

Cebes – www.cebes.org.br

Abrasco – www.abrasco.org.br

Referências para consulta

Constituição Federal/1988; Legislação Federal; Publicações do MS, Conass e Conasems

i. Plano de Desenvolvimento da Educação – Documento para consulta (MEC):

Fundeb vai beneficiar 48 milhões de alunos:

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Mpv/339.htm
http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Fundebef/port_48_31_01_07.pdf
http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Fundebef/port04_27_02_07.pdf
http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Fundebef/fatpond_fundeb_07.pdf
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6091.htm

ii. Plano de Desenvolvimento da Educação – Documento para consulta (MEC):

PDE prevê dobrar vagas nas universidades públicas

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm

Medida reforça políticas de acesso à universidade

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2007/msg281-070424.htm

Governo lança programa interministerial para recém doutores

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pos_doutorado.pdf

Programa vai acompanhar beneficiários do BPC

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/bpc.pdf>

Unidade de professor-equivalente simplificará contratação de professores nas universidades federais

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/professor_equivalente.pdf

iii. Plano de Desenvolvimento da Educação – Documento para consulta (MEC):

Unificação da Educação Profissional é destaque no PDE

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6095.htm

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_mpog1.pdf

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2007/msg282-070424.htm

Projeto de Lei estabelece novas normas para estágio

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2007/msg279-070424.htm

Definidas cidades-pólo das escolas técnicas e profissionais

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/chamada_publica_assinatura2304.pdf

iv. Plano de Desenvolvimento da Educação:

Governo financia compra de veículos para transporte escolar

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_n3_280307_caminho_da_escola.pdf

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/proescolar.pdf>

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_bacen.pdf

Mais de sete milhões de alunos terão acesso à literatura

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_n02_pnlem.pdf

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_n04.pdf

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_pnbem.pdf

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_pnla.pdf

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital_pnla2008.pdf

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital_pnbe_2008.pdf

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnla.pdf

Salas multifuncionais qualificam atendimento a alunos com necessidades especiais

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pde_especial.pdf

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/multifuncional.pdf>

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/salas_multifuncionais.pdf

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ed_especial2.pdf

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/incluir_acessibilidade.pdf

Novo censo escolar terá detalhes individuais de cada aluno

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/educacenso.pdf>

Equipes do Saúde da Família atenderão estudantes e professores

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/saude_escola.pdf

Problemas de visão não serão mais empecilhos

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/olhar_brasil.pdf

Universidade para alunos com necessidades especiais

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/programa_incluir.pdf

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/incluir_acessibilidade.pdf

v. Plano de Desenvolvimento da Educação – Documento para consulta (MEC):

Provinha Brasil avaliará leitura de crianças de seis a oito anos

Documento para consulta:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/provinha.pdf>

MEC cria índice para avaliar aprendizado dos alunos

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm

Escola que melhorar IDEB ganhará mais recursos

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_n09_pdde_medida_17.pdf

vi. Professores conquistam piso nacional

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2007/msg202-070329.htm

Ensino a distância formará professores da educação básica

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_184.pdf

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/novoedital_uab.pdf

Melhores práticas e métodos estarão em guia das tecnologias educacionais

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital_tecnologias2.pdf

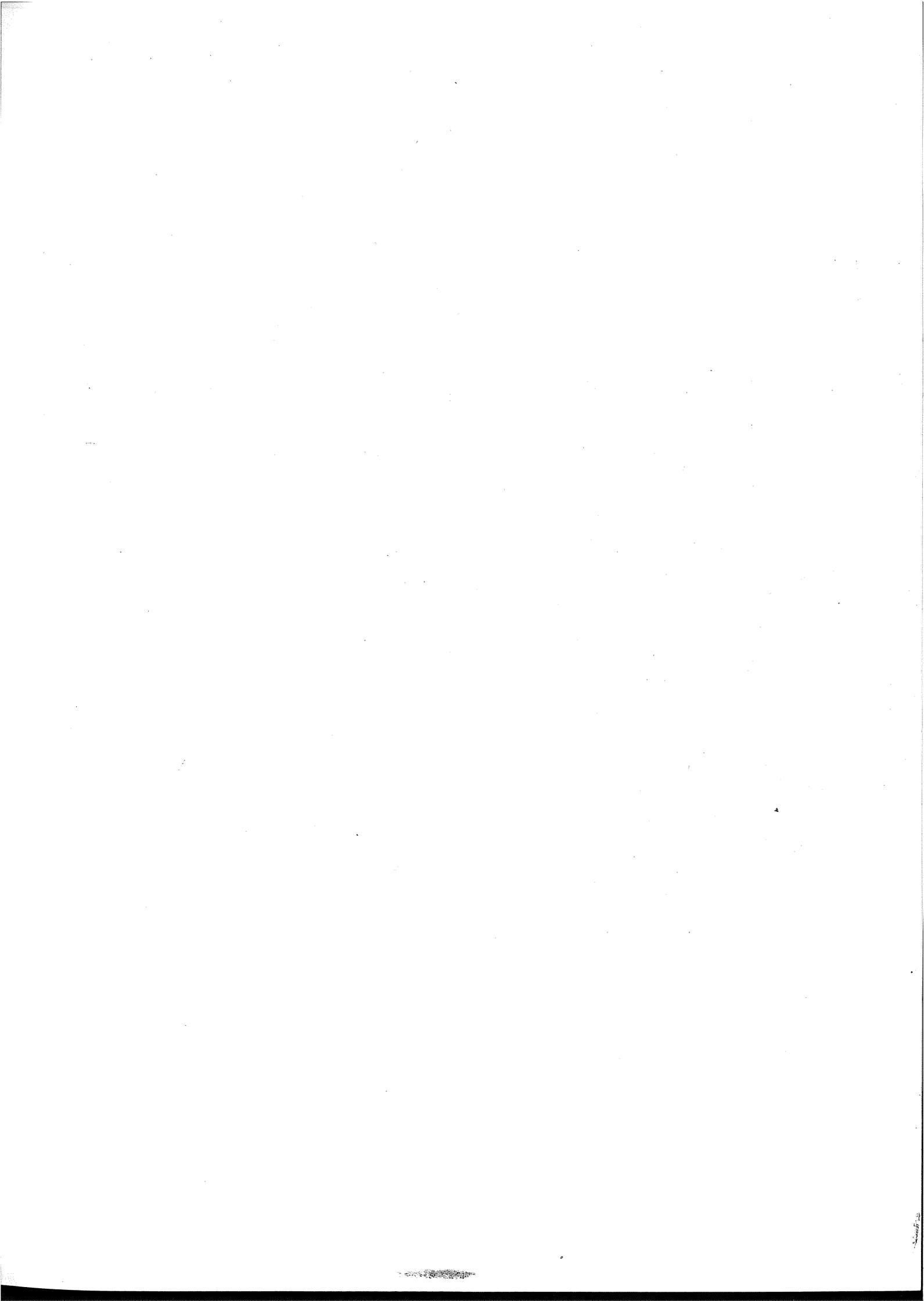
MEC distribui coleção sobre a obra de educadores

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/educadores.pdf>

Novos concursos públicos fortalecem Plano de Desenvolvimento da Educação

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_fnde.pdf

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_mpog1.pdf





CLSW 302 – Bloco B – Sala 123 – Ed. Park Center
CEP 70673-612 – Setor Sudoeste – Cruzeiro, DF
Telefax: (61) **3033-3704 / 9986-3632**
e-mail: tereza@intertexto.net
editorial.abare@gmail.com

Socialismo sem liberdade, socialismo não é.
Liberdade sem socialismo, liberdade não pode ser.

João Mangabeira
*Primeiro Presidente do
Partido Socialista Brasileiro*

Socialismo e Liberdade, dois pilares que deram origem, em 1947, ao PSB, na fase histórica em que o socialismo era identificado com a experiência autoritária da União Soviética. Proposta profética.

Em 1990 foi criada a Fundação João Mangabeira (FJM), com o objetivo de consolidar, aprofundar, difundir e construir o socialismo democrático, na atual fase em que o fracasso da experiência soviética e a arrogância da globalização neoliberal deixam perplexas todas as pessoas que acreditam e lutam por liberdade, democracia verdadeira, ética, solidariedade, justiça social, desenvolvimento sustentável e paz.

A FJM se propõe a dialogar com todos os militantes do socialismo, independentemente de sua filiação partidária, para debater a construção política que se oponha ao modelo capitalista, modelo individualista, consumista, excludente e devastador.

O socialismo hoje, no mundo e no Brasil, torna-se viável se soubermos construir o Partido Socialista como espaço de vivência ética, democrática, livre, solidária, respeitosa da natureza de nosso planeta e valorativa das diferenças: culturais, étnicas, de gênero, religiosas e políticas.

Para atingir esse objetivo, a Fundação João Mangabeira realiza e apóia a realização de ciclos de estudos, cursos, simpósios, conferências e seminários. Patrocina a realização de pesquisas e estudos de cunho econômico, social, cultural e político. Publica livros e/ou cartilhas que possam contribuir para a formação política do cidadão.

A Fundação João Mangabeira é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como missão a formação política e a formulação de políticas públicas socialistas. Tem sede em Brasília. Seus órgãos de direção são o Conselho Curador, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal.

Carlos Siqueira
Diretor-Geral da Fundação João Mangabeira

Fundação João Mangabeira



SEDE PRÓPRIA

SHIS QI 5 Conjunto 2 Casa 2
CEP 71615-020 – Lago Sul – Brasília, DF
Telefax: (61) 3365-4099/3365-5277/3365-5279
www.tvjoamangabeira.com.br
www.fjmangabeira.org.br